

ALBERTO JORGE DA ROCHA SILVA

**ESTRATÉGIA PARA ELABORAÇÃO DA FARMACOPEIA
POPULAR DO BIOMA MATA ATLÂNTICA**

Produto 2. Elaboração de subsídios com vistas à definição de estratégia para elaboração da Farmacopeia Popular do Bioma Mata Atlântica, com propostas de articulação entre os diversos setores envolvidos nessa temática, tanto públicos quanto da sociedade civil - Termo de Referência nº 136.888, referente a Projeto BRA/11/001, Contrato por Produto – Nacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Brasília – DF, 2013

1. INTRODUÇÃO	4
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	7
2.1. O Bioma Mata Atlântica	7
2.2. Povos e comunidades tradicionais na Mata Atlântica	11
2.3. Agrobiodiversidade e plantas medicinais	25
3. OBJETIVO GERAL	30
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	30
5. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA FARMACOPEIA	31
5.1. Fase preparatória	32
5.1.1. Articulação dos atores públicos e privados	32
5.1.2. Identificação de instituições executoras	33
5.1.3. Identificação e seleção das comunidades e experiências	34
5.1.4. Definição de cronograma e metas	34
5.2. Fase regional	34
5.2.1. Capacitação e treinamento	34
5.2.2. Levantamento a campo nas comunidades	35
5.2.3. Realização de oficinas regionais para validação	35
5.2.4. Levantamento e sistematização de informações técnico-científicas	35
5.2.5. Sistematização dos resultados das oficinas regionais	36
5.2.6. Seminários regionais	36
5.3. Fase conclusiva	37
5.3.1. Preparação de documento para publicação	37

5.3.2. Aprovação do documento técnico final	37
6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PROPOSTO	38
7. RESULTADO ESPERADO	39
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
9. ANEXOS	40
ANEXO I - ROTEIRO METODOLÓGICO PARA O LEVANTAMENTO DAS ESPÉCIES VEGETAIS DE USO TERAPÊUTICO TRADICIONAL E POPULAR NO BIOMA MATA ATLÂNTICA	42
<u>FICHA A SER APLICADA NAS ENTREVISTAS RELATIVAS ÀS PLANTAS MEDICINAIS DA MATA ATLÂNTICA</u>	42
<u>FICHA DA PLANTA MEDICINAL</u>	43
ANEXO II - ROTEIRO METODOLÓGICO PARA SISTEMATIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS DE USO TERAPÊUTICO, TRADICIONAL E POPULAR NO BIOMA MATA ATLÂNTICA	46
<u>ROTEIRO PARA MONOGRAFIA POPULAR DE PLANTAS MEDICINAIS</u>	46
ANEXO III - ROTEIRO METODOLÓGICO PARA LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS EM RELAÇÃO ÀS ESPÉCIES VEGETAIS DE USO TERAPÊUTICO, TRADICIONAL E POPULAR NO BIOMA MATA ATLÂNTICA	47
<u>ROTEIRO PARA FICHA TÉCNICO-CIENTÍFICA</u>	47
ANEXO IV - ROTEIRO PARA PUBLICAÇÃO DA FARMACOPEIA POPULAR DO BIOMA MATA ATLÂNTICA	49
ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA	50

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que detém a maior parcela da biodiversidade, com cerca de 20% do total mundial, em especial das plantas superiores, com aproximadamente 21% das espécies identificadas. É signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, fórum permanente estabelecido no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU. Integram a CDB 192 países e a União Europeia. A CDB tem como objetivos maiores a promoção da conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados. Neste contexto, o Brasil também integra o grupo dos países megadiversos, juntamente com a Índia, a China, vizinhos latino-americanos e outros detentores de grande parcela da biodiversidade mundial (MMA, 2011).

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, no âmbito das suas atribuições e como ponto focal do Governo Federal responsável pela implementação da CDB no país, vem desenvolvendo um conjunto de políticas públicas voltadas à promoção da conservação da biodiversidade, da utilização sustentável dos seus componentes e da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos. Para alcançar esses objetivos, e em conformidade com os critérios e diretrizes para a implementação de uma Política Nacional de Biodiversidade, o MMA busca desenvolver estratégias que permitam a geração e ampliação do conhecimento sobre os recursos genéticos, em especial da flora nativa dos biomas e regiões brasileiras.

A geração, ampliação e difusão do conhecimento sobre a biodiversidade tornam-se imperativas, a fim de que a sociedade brasileira possa ter as condições necessárias para avaliar a importância e as funções dessa biodiversidade e dos seus componentes. Está claro que quanto maior a percepção da sociedade sobre as contribuições da biodiversidade para a qualidade de vida, maiores serão os esforços empreendidos na promoção da sua conservação. Os diversos setores da sociedade brasileira necessitam de todo conhecimento disponível sobre a biodiversidade, para que se possa tomar as decisões urgentes que conduzam a um desenvolvimento social e econômico em bases sustentáveis, com inclusão social e produtiva, integração regional, e respeitando-se os limites ambientais (Coradin *et al.*, 2011).

Nesse contexto, o MMA vem implementando, desde 2004, a Iniciativa “Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial, de Uso Local e Regional - Plantas para o Futuro”. Por meio dessa iniciativa busca-se relacionar e priorizar espécies

nativas da flora brasileira de uso atual ou potencial que possam, a curto e médio prazo, ser utilizadas por agricultores familiares, pequenos e médios, como novas opções de cultivo, e pelo setor empresarial como novas oportunidades de negócios e investimentos, com a formação de novas cadeias produtivas. Assim, a Iniciativa “Plantas para o Futuro”, em desenvolvimento nas cinco grandes regiões geopolíticas do país, visa oferecer à sociedade brasileira novas opções, de modo a suprir as demandas crescentes por outras espécies de interesse alimentício, medicinal, cosmético, aromático, entre outros (Coradin *et al.*, 2011).

Compreende-se que o Brasil, alinhando o conhecimento sobre sua diversidade genética e sua diversidade cultural, tem em mãos a oportunidade para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento próprio na área de saúde e uso de plantas medicinais e de fitoterápicos, que prime pelo uso sustentável dos componentes da biodiversidade; e respeite os princípios éticos e de compromissos internacionais assumidos, principalmente da CDB, e promova a geração de riquezas com inclusão social. Este modelo deverá ter também como premissa o respeito aos princípios de qualidade, eficácia e segurança na saúde pública, e a conciliação de desenvolvimento socioeconômico e conservação ambiental, tanto no âmbito local como em escala nacional.

Este modelo de desenvolvimento deverá também reconhecer e promover a grande diversidade de formas de uso das plantas medicinais, desde o uso caseiro e comunitário, passando pela área de manipulação farmacêutica até a fabricação industrial de medicamentos. Essencialmente, deverá respeitar a diversidade cultural brasileira, reconhecendo práticas e saberes da medicina tradicional, e contemplar interesses diversos, desde aqueles das comunidades locais até o das grandes indústrias nacionais, passando por uma infinidade de outros arranjos de cadeias produtivas do setor de plantas medicinais e fitoterápicos. O respeito às diversidades e particularidades regionais e ambientais também deve ser outro princípio norteador deste modelo.

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – PNPMF (Decreto nº 5.813/06), instrumento legal que traz em seu bojo essa questão, tem entre seus objetivos específicos a ampliação das opções terapêuticas aos usuários, com garantia de acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde. A PNPMF tem entre seus pilares o reconhecimento do uso tradicional sobre plantas medicinais e a construção de marco regulatório para produção, distribuição e uso de plantas medicinais e de fitoterápicos a partir dos modelos e experiências existentes no Brasil e em outros países.

Ressalte-se que uso dos conhecimentos tradicionais de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais no âmbito da PNPMF, deverá estar em sintonia com o Decreto nº 4.339/02, que trata dos princípios e diretrizes para a implementação de uma Política Nacional da Biodiversidade, e, mais especificamente, com a legislação de acesso ao Patrimônio Genético (Medida Provisória nº 2.186-16/01), além de outros dispositivos legais. Isso especialmente no que tange à proteção dos conhecimentos, inovações e práticas de povos indígenas, de quilombolas e de outras comunidades locais, e ao pleno exercício dos direitos legalmente reconhecidos a estas comunidades, a exemplo do consentimento prévio fundamentado e da repartição dos benefícios decorrentes do uso de seus conhecimentos tradicionais associados. Também deve a implementação da PNPMF estar em forte sintonia e articulação com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS) – PNPIC (Portaria MS nº 971/06), que trata da promoção da fitoterapia no âmbito do SUS, como alternativa para a população no atendimento à atenção básica à saúde.

Um dos instrumentos atuais implementados no país para a promoção do reconhecimento, proteção e resgate do conhecimento tradicional associado ao uso terapêutico das plantas são as farmacopeias populares por bioma, entendidas como um sistema de registro dos recursos terapêuticos e dos conhecimentos tradicionais associados à flora em cada bioma brasileiro, que busca contemplar a importância estratégica de descrever, além das indicações de uso e padrões populares de qualidade de remédios caseiros e outros produtos medicinais, as inter-relações desses com o ambiente e a cultura onde foram desenvolvidos saberes, práticas e produtos (Dias & Laureano, 2009).

A elaboração e publicação das farmacopeias populares por biomas, a exemplo da Farmacopeia Popular do Cerrado, além de possibilitar o registro e a proteção dos saberes e práticas tradicionais sobre a flora medicinal local e regional, permite estabelecer uma estratégia transdisciplinar de diálogo de saberes entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico. Esse registro aponta um caminho consistente para a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, diretamente relacionado às realidades locais e regionais, tanto em termos de biodiversidade quanto de sociobiodiversidade.

Ao relacionar e priorizar espécies nativas fitoterápicas, as farmacopeias populares por bioma vêm se apresentando como importantes instrumentos para ampliar o conhecimento

sobre as plantas medicinais de uso atual e potencial, utilizadas local ou regional, contribuindo para a promoção da sua conservação e do seu uso sustentável, no âmbito da Iniciativa “Plantas para o Futuro”. As espécies priorizadas podem diversificar as atividades de produção, por meio de novas cadeias produtivas que envolvam desde o manejo e cultivo pelos agricultores até o desenvolvimento de novos fitoterápicos pela indústria, ampliando as opções terapêuticas nos programas de saúde à disposição da população.

A presente estratégia visa contribuir para a elaboração da Farmacopeia Popular do Bioma Mata Atlântica, a partir do levantamento e registro do conhecimento tradicional e de boas práticas populares e tradicionais de uso e manejo de espécies vegetais medicinais nativas do bioma Mata Atlântica. Dessa forma, a estratégia buscará subsidiar a elaboração de futuros marcos legais que promovam o reconhecimento, a valorização e a proteção dos conhecimentos e práticas da medicina tradicional e popular.

Esse reconhecimento fortalecerá também a utilização das plantas medicinais nativas da Mata Atlântica no Sistema Único de Saúde – SUS, principalmente na atenção básica a saúde. **Com o incentivo às experiências exitosas de uso terapêutico tradicional e popular dessas plantas no bioma Mata Atlântica, servirá também como instrumento de implantação de políticas públicas de inclusão social e geração de trabalho e renda para os diversos povos e comunidades tradicionais, a partir da promoção da conservação e do uso sustentável da biodiversidade e sociobiodiversidade terapêuticas regionais.**

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. O bioma Mata Atlântica

A Mata Atlântica é formada por um conjunto de formações florestais (Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude. Originalmente, essas formações florestais e ecossistemas associados se estendem por aproximadamente 1.300.000 km², em 17 estados do território brasileiro. Hoje os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares.

Mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 16.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Essa riqueza é comparável a de alguns continentes (17.000 espécies na América do Norte e 12.500 na Europa) e, por isso, a região da Mata Atlântica é altamente prioritária para a conservação da biodiversidade mundial. Em relação à fauna, os levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes (MMA, 2010).

À época da chegada dos portugueses, em 1500, essa floresta se estendia contínua por mais de 1.300.000 km², área duas vezes maior que a França, o que correspondente a cerca de 20% do atual território brasileiro. Esta exuberante floresta desenvolvia-se por quase toda a costa atlântica, com uma faixa de largura variável, chegando a avançar pelo interior na Região Sudeste, atravessando as atuais fronteiras com o Paraguai e a Argentina.

Na Mata Atlântica iniciou-se o primeiro ciclo econômico da colonização, com a exploração do pau-brasil, uma essência tinturial, vermelha cor-de-brasa, que deu nome à terra, tornando o Brasil o único país do mundo a ter o nome de uma árvore. Essa madeira preciosa serviu também na construção das naus e na reconstrução de Lisboa depois do terremoto que a destruiu quase por completo, no século XVIII. Ainda hoje a madeira do pau-brasil é considerada a melhor para a fabricação de arcos de violino, entre outros usos nobres, embora, assim como a Mata Atlântica, de onde essa espécie é endêmica, esteja seriamente ameaçada de extinção.

Tendo a colonização se concentrado até meados do século XX na faixa costeira, a Mata Atlântica foi de todos os ecossistemas brasileiros o mais destruído. Como em nenhuma outra área, ali desenvolveram-se os ciclos econômicos da cana-de-açúcar, do algodão e do café, seguidos já nos séculos XIX e XX por intensos processos de urbanização e expansão agrícola.

Levantamentos realizados recentemente indicam, porém, que embora em um ritmo muito menor que no século passado, mas ao mesmo tempo com maior gravidade devido ao estágio avançado de degradação do Bioma como um todo, a Mata Atlântica brasileira continua sendo destruída. Depois de 500 anos de utilização contínua restam dela menos de 4% de sua área original de matas primitivas e outros 4% em florestas secundárias. Apesar de toda

essa devastação a Mata ainda abriga um dos mais importantes conjuntos de plantas e animais de todo o planeta.

As florestas tropicais por suas condições de umidade e calor são os ecossistemas terrestres que dispõem da maior diversidade de seres vivos. Segundo estudos levados a efeito nas últimas décadas, a Mata Atlântica, é a floresta que apresenta a maior quantidade de diferentes espécies arbóreas. Foram localizadas mais de 450 diferentes espécies de árvores em apenas um hectare de mata no sul da Bahia e 476 espécies em um hectare nas serras do Estado do Espírito Santo. Em uma comparação simplificada existem mais plantas e animais diferentes em um hectare de Mata Atlântica do que em toda a Alemanha.

Essa condição é resultado, entre outras razões, da distribuição Norte-Sul dessa floresta e pela existência de consideráveis diferenças geológicas e de altitude nas serranias costeiras cobertas por ela. Igualmente importantes foram as grandes transformações que a região sofreu em função das intensas mudanças climáticas porque passou em distintos períodos geológicos. Com isso há maior variação de climas, temperaturas, insolação e solos o que aumenta a possibilidade de evolução e diversificação de espécies.

Associados à Mata Atlântica existem também uma série de ecossistemas como os manguezais, as florestas de restinga, o jundu da beira das praias e campos de altitude que mantém com ela uma grande relação de afinidade e complementaridade e que estão igualmente sob forte pressão de ocupação. Essa diversidade, ao mesmo tempo em que representa uma excepcional riqueza de patrimônio genético e paisagístico, torna a mata extremamente frágil. A destruição de parcelas ainda que pequenas dessa floresta podem significar a perda irreversível de inúmeras espécies, por vezes estudadas pela ciência.

Reduzida a 0,3% de sua área original na região nordeste do país, excetuando-se o sul da Bahia, onde possui maiores fragmentos, ainda hoje fortemente ameaçados, a Mata Atlântica sobreviveu principalmente nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, formando um grande corredor ecológico, graças ao relevo acidentado e à pobreza dos solos das Serras do Mar e da Mantiqueira, uma série de montanhas costeiras com até 2.500 metros de altura, que caracterizam o litoral sul e sudeste do Brasil. Notavelmente 20% de todos os remanescentes florestais se encontram no Vale do Rio Ribeira de Iguape, na fronteira dos estados de São Paulo e Paraná e apenas 200 km de São Paulo, a maior metrópole da América do Sul, com mais de 15 milhões de habitantes.

Resumidamente tem-se na região litorânea, no Nordeste, pequenas ilhas remanescentes de mata isoladas e ao sul e Sudeste manchas mais expressivas cujo principal corredor chega a mais de 2.000 km de extensão. As áreas mais para o interior, situada no planalto brasileiro, estão tão devastadas quanto à região nordestina, restando aí poucos exemplares da mata primitiva.

Por tudo isto, a Mata Atlântica é hoje considerada como uma das florestas tropicais mais ameaçadas de extinção e um dos “hotspots” da biodiversidade mundial e prioritária para sua conservação em nível global. Apesar de grande ameaça ela ainda apresenta áreas de enorme importância biológica que merecem ser protegidas e em muitos casos ampliadas.

A enorme variabilidade territorial e topográfica e em consequência climática, da Mata Atlântica, explica porque ela é uma floresta com grandes diferenciações biológicas. Assim as formações situadas mais ao Norte têm, segundo alguns especialistas, mais de 50% de suas espécies arbóreas diferenciadas daquelas situadas ao Sul. Aí a floresta já toma características de mata subtropical com o aparecimento de largas extensões onde predomina a *Araucária angustifolia*.

O patrimônio representado pela Mata Atlântica vai, todavia além da riqueza da biodiversidade, da proteção dos solos e de mananciais de água potável, ou da exuberância paisagística. Sua importância é igualmente básica para a cultura nacional. Nas aquarelas dos antigos naturalistas, na imagem-símbolo do Rio de Janeiro, nas belezas do nosso litoral, a própria imagem e identidade brasileira estão impregnadas de Mata Atlântica.

Nas artes, na mitologia popular, na arquitetura e em todos os campos da cultura brasileira e Mata Atlântica deixou e deixa sua influência e, mais que qualquer ecossistema no país, essa floresta guarda os marcos de nossa história. Inúmeros sítios arqueológicos indicam a presença humana nessa região há milhares de anos. A esses povos extintos, seguiram outros ainda que em grande parte ameaçados e marginalizados pelas injustiças de nossa sociedade. Atualmente mais de 70 áreas indígenas subsistem na área da Mata Atlântica e sua influência persiste forte na cultura nacional, mesclada com a contribuição africana que veio com os escravos, a européia dos colonizadores e imigrados e, mais recentemente, a dos imigrantes asiáticos.

É exatamente nas comunidades tradicionais indígenas, camponesas e de pescadores que talvez persiste alguns de nossos maiores patrimônios: a diversidade étnica e cultural, o

conhecimento ancestral sobre a ecologia da floresta e a experiência concreta de alternativas de manejá-las de forma sustentável.

2.2. Povos e comunidades tradicionais na Mata Atlântica

Aproximadamente 123 milhões de pessoas vivem na área do Bioma Mata Atlântica, em 3.410 municípios. Destes, 2.928 têm suas sedes municipais dentro do Bioma. A qualidade de vida desses quase 70% da população brasileira - aproximadamente 120 milhões de brasileiros, onde são gerados aproximadamente 70% do PIB brasileiro, tem na Mata Atlântica uma importância vital. Esta presta importantíssimos serviços ambientais, a exemplo da regulação do fluxo dos mananciais hídricos, fertilidade do solo, controle do equilíbrio climático, proteção de escarpas e encostas das serras, além da preservação de um patrimônio histórico e cultural imenso. Neste contexto, as áreas protegidas, caso das Unidades de Conservação das Terras Indígenas, bem como as áreas de preservação permanente e as reservas legais, são fundamentais para a manutenção de amostras representativas e viáveis da diversidade biológica e cultural da Mata Atlântica.

Nesse contexto, uma parcela importante dos habitantes da Mata Atlântica, principalmente em termos sociais, culturais, ambientais e econômicos, se apresenta como um elemento essencial para a promoção da conservação e do uso sustentável dos componentes da sua biodiversidade. São povos e comunidades tradicionais e locais, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2006). Somam-se a estes os diversos povos indígenas que permaneceram ao longo do tempo nos territórios do domínio da Mata Atlântica.

Todos esses povos e comunidades têm como uma característica essencial de seu modo de vida uma relação mais estreita com o ambiente onde se reproduzem social e culturalmente, estabelecendo uma situação de sustentabilidade nas suas formas de utilização dos componentes da biodiversidade, adaptada às diversas condições dos ecossistemas locais nos quais se localizam. Desse processo, foi construído ao longo do tempo e transmitido de forma tradicional, pela oralidade, um conjunto de cosmovisões, conhecimentos e práticas (*kosmos-corporis-praxis*), que conformam saberes tradicionais que permitem a cada um desses povos e comunidades perpetuarem seu modo de vida.

O saber tradicional vem sendo paulatinamente revalorizado a partir do reconhecimento da diversidade cultural brasileira, e de sua relação com a agrobiodiversidade e a biodiversidade regional, inclusive na Mata Atlântica. Nesse sentido, vem crescendo exponencialmente o interesse pelo estudo sobre esses saberes, tanto para se entender a percepção e visão de mundo do “outro”, que não seja baseada no conhecimento científico atual, quanto para compreender os mecanismos de geração e transmissão desses saberes.

Para se ter uma compreensão adequada dos saberes tradicionais, é necessário entender a natureza da sabedoria local, que se baseia em uma complexa inter-relação entre crenças, conhecimentos e práticas, nos quais a natureza é percebida, concebida, valorizada e apropriada, a partir de domínios cognitivos visíveis e invisíveis. Essas sabedorias tradicionais se baseiam nas experiências que se tem sobre o mundo, seus significados e conteúdos, valorizados a partir do contexto social e cultural onde elas se reproduzem (Toledo & Barrera-Bassols, 2010).

Nesse sentido, só é possível apreender o conhecimento tradicional a partir da estreita relação deste com os sistemas de crenças locais, inseridos num contexto cultural complexo. No caso do conhecimento ecológico tradicional (CET), diversos estudos apontam hoje que esse conhecimento sobre os sistemas ecológicos combinam a ecologia, a ética e a cultura no âmbito de uma percepção do mundo segundo a qual os homens são parte da natureza (Beker, 1993; Toledo & Barrera-Bassols, 2010; Coelho-de-Souza *et al.*, 2011). Segundo Studley, *in* Gerique (2006), a dimensão ecológica dos sistemas de conhecimento tradicional se refere aos usos medicinais, técnicos, produtivos, ritualísticos, entre outros, de plantas, animais e de elementos abióticos presentes no meio; refere-se também a identificação e ocupação de territórios e ainda, aos aspectos espirituais, cosmológicos e relacionais as presenças diversas (animação, inanimado, presente ou passado) em um ambiente.

O reconhecimento, a proteção e a valorização de toda essa riqueza de saberes, essa sociobiodiversidade, é essencial para o estabelecimento de políticas públicas que tenham como objetivo promover à conservação e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade da Mata Atlântica, bem como garantir a necessária repartição de benefícios advindos da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais a esses associados. Assim, no domínio do bioma Mata Atlântica podem ser destacados os seguintes povos e comunidades (indígenas, tradicionais e locais), com uma distribuição do Nordeste ao Sul do Brasil:

JANGADEIROS - são, essencialmente, pescadores marítimos que habitam a faixa costeira

situada entre o Ceará e o sul da Bahia, pescando com jangadas, muitos dos estudos realizados sobre essa população tradicional se referem à pesca com canoas, nos estuários dessa região, ou com botes, que muitas vezes sucederam as jangadas, sobretudo a partir dos anos 1950 no Nordeste. Apesar da jangada ser utilizada pelos índios brasileiros (chamada peri-peri), a embarcação que hoje conhecemos, utilizando vela e leme para a pesca em alto-mar, foi fruto de várias adaptações introduzidas pelos europeus e pelos africanos. Já no início do século XVI existem registros de que essas embarcações eram utilizadas para a pesca pelos escravos africanos na capitania de Pernambuco. Até a década de 1950 havia no Nordeste um número maior de jangadas do que botes e lanchas a motor, mas a partir dessa década o número de jangadas e de jangadeiros começou a diminuir principalmente em virtude da dificuldade em se encontrar o pau-de-balsa (piúba) de que eram feitas jangadas. **Nas décadas de 70 e 80 começaram a surgir as jangadas feitas de tábuas, que passaram a substituir gradativamente as de pau.** Hoje pode-se constatar que somente em alguns lugares, a exemplo do sul da Bahia, onde ainda se encontram áreas de mata nativa, encontra-se o pau-de-jangada. Os jangadeiros utilizam as “**jangadas de alto**” para pesca em alto-mar, ao passo que os paquetes e botes, pequenas jangadas, servem para a pesca costeira e estuarina. Esses pescadores detêm um grande conhecimento da arte de navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação pelo qual linhas imaginárias são traçadas a partir de acidentes geográficos situados no continente. Também os vários ambientes pesqueiros são definidos a partir de determinadas características ecológicas e nomeados localmente como tassos, corubas, altos e rasos, segundo a profundidade em que se situam as rochas onde se pesca com linha de mão. Os jangadeiros têm demonstrado um grande conhecimento da diversidade das espécies de pescado que capturam, conhecendo a sazonalidade, os hábitos migratórios e alimentares de um grande número de peixes, sobretudo os de fundo. Essas comunidades de jangadeiros ainda são importantes em certas áreas, como o litoral do Ceará, onde pescam principalmente a lagosta, e na costa do Rio Grande do Norte, onde, além da lagosta, pescam outros peixes com a ajuda de redes. As comunidades de jangadeiros sofrem hoje a concorrência dos pescadores de botes motorizados e também os impactos do turismo, **principalmente o de residência secundária.** Em alguns estados, caso do Ceará, mas de forma geral nos demais estados nordestinos, os jangadeiros vêm perdendo o acesso às praias, uma vez que suas posses nesses locais estão sendo compradas ou expropriadas pelos veranistas que aí constroem suas residências secundárias. As atividades em terra são menos importantes que a pesca para

comunidades de pescadores marítimos. No entanto, extraem dos coqueiros uma fonte complementar de renda, realizando também, algumas vezes, roças de mandioca, da qual extraem a farinha. O extrativismo baseia-se principalmente nas espécies de palmeiras das quais se retiram fibras para confecção de instrumentos de lida, tanto pesca quanto na vida doméstica. O artesanato voltado para a venda é uma atividade principalmente feminina, baseado não só em cestaria, mas também em bordados. Em estudos sobre essa população tradicional, constatou-se que somente 24,4% desses trabalhos sobre jangadeiros mencionam-se atividades extrativistas fora da pesca e 11% citam o uso de ervas medicinais.

VARJEIROS OU VARZEIROS (ribeirinhos não amazônicos) - são populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco. Essa denominação é também aplicada a ribeirinhos e caboclos de outros rios, caso do Paraná. O Rio São Francisco e sua gente foram descritos já por Saint-Hilaire, no início do século XIX e por Spix e Martius, também nesse período. O livro clássico sobre os varjeiros do São Francisco é o de Donald Pierson, em que descreve o modo de vida dos varjeiros, que combinava as atividades agrícolas (principalmente o plantio do arroz), extrativistas da mata (de onde retiravam mel, ervas medicinais e madeira para as célebres canoas - ubás - e barcas, movidas a remo e a vela) e também as atividades de pesca, pecuária e cerâmica. Anterior ao trabalho de Pierson, é necessário citar a obra de Von Ihering, que na década de 1930 percorreu o rio São Francisco, e descreve sobretudo as atividades pesqueiras. Em 1978, Mangabeira Unger escreveu Sertão do Velho Chico. Em 1991, Zanoni Neves apresentou sua dissertação de mestrado, em que descreve a herança social dos remeiros e lameiros que navegavam com as canoas e barcas, bem como o conhecimento que tinham do rio e de seus recursos naturais. Outro conjunto de trabalhos diz respeito aos varjeiros do Baixo São Francisco, próximo à foz do rio. Esses trabalhos abordam as transformações por que passa o rio, depois da construção das hidrelétricas e seu impacto sobre o modo de vida dos varjeiros. Tania Elias Alves enfoca as transformações em duas comunidades de varjeiros a partir das alterações no regime hídrico, do avanço da cana-de-açúcar e do arroz irrigado implantado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) em áreas vizinhas. José Geraldo Marques faz uma análise do conhecimento dos varjeiros da Marituba sobre os recursos naturais dentro da perspectiva da etnoictiologia e da etnobotânica. No entanto, os caboclos ribeirinhos existem em outras áreas do Brasil, caso do rio Ribeira de Iguape, do Paraná, do Tietê e outros, mais diretamente incluídos no Domínio da Mata Atlântica.

Em diversos estudos sobre essa população, constata-se que cerca de 40,0% dos trabalhos revelam a existência de atividades extrativistas e que 35,5% indicam o conhecimento e o uso de ervas medicinais.

CAIÇARAS - São comunidades formadas pela mescla étnico-cultural dos povos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura desenvolveu-se principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. Alguns estudos consideram que as comunidades caiçaras se formaram nos interstícios dos grandes ciclos econômicos do período colonial, fortalecendo-se quando essas atividades voltadas para a exportação entraram em declínio. A decadência dessas atividades, principalmente as agrícolas, incentivou as atividades de pesca e coleta em ambientes aquáticos, principalmente os de água salobra, a exemplo de estuários e lagunas. No interior desse espaço caiçara surgiram cidades como Parati, Santos, São Vicente, Iguape, Ubatuba, Ilhabela, São Sebastião, Antonina, Paranaguá, que em vários momentos da história colonial funcionaram como importantes centros exportadores. As comunidades caiçaras sempre mantiveram com essas cidades, em maior ou menor intensidade, contatos e intercâmbio econômico e social, também dependendo delas para o provisãoamento de bens não produzidos nos sítios e nas praias. Esse contato se manteve por vias terrestre (caminhos), fluvial e marítima, tendo-se destacado, do século XIX até as primeiras décadas do século XX, as chamadas canoas de voga, onde se transportavam produtos agrícolas, peixe seco, aguardente etc. As comunidades caiçaras mantiveram sua forma tradicional de vida até a década de 1950, quando as primeiras estradas de rodagem interligaram as áreas litorâneas com o planalto, ocasionando o início do fluxo migratório. As comunidades passaram a chamar a atenção de pesquisadores e de órgãos governamentais mais recentemente em virtude das ameaças cada vez maiores à sua sobrevivência material e cultural e pela contribuição histórica que essas populações têm dado à conservação da biodiversidade, por meio do conhecimento sobre a fauna e a flora e os sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais de que dispõem. Essas comunidades encontram-se hoje ameaçadas em sua sobrevivência física e material por uma série de processos e fatores, sendo que uma das ameaças a sua sobrevivência e ao exercício de suas atividades tradicionais provém do avanço da especulação imobiliária, iniciada já nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo com a construção de residências secundárias ao longo do litoral. A especulação

imobiliária privou uma grande parte dos caiçaras de suas posses nas praias, obrigando-os a trabalhar, tanto como caseiros, pedreiros, quanto a mudar suas casas para longe de seu lugar de trabalho, dificultando as atividades pesqueiras. Além disso, o turismo de massa, sobretudo no litoral norte do estado de São Paulo, contribuiu e continua contribuindo para a desorganização das atividades tradicionais, criando uma nova estação ou safra nos meses do verão, quando muitos caiçaras se transformam em prestadores de serviços. Outro processo responsável pela desorganização da cultura caiçara é o fato de uma grande parte de seu território ter se transformado em áreas naturais protegidas ou em parques e reservas naturais, o que resultou em graves limitações a suas atividades tradicionais de agricultura itinerante, caça, pesca e extrativismo. Isso tem contribuído para a emergência de conflitos com os administradores dessas unidades de conservação e para uma migração ainda maior para áreas urbanas, onde os caiçaras expulsos de seus territórios passaram a viver em verdadeiras favelas e fadados ao desemprego e subemprego. Apesar das restrições ambientais e do reduzido acesso às áreas de extrativismo, as comunidades caiçaras ainda hoje são dependentes dessa atividade, exercida tanto na mata quanto nos estuários e no mar. De cerca de mais de 100 trabalhos científicos publicados sobre comunidades caiçaras, cerca de 63,5% indicam ser o extrativismo uma atividade realizada por essa população tradicional. Além disso, cerca de 23% dos trabalhos indicam a importância das ervas medicinais nessa cultura. O extrativismo caiçara se dá, de um lado, no mar, em restingas e estuários e está associado à pesca e à coleta de crustáceos e moluscos, e, de outro lado, na mata. Nesta última, um grande número de espécies de árvores, arbustos, flores, frutos, cipós e frutas é utilizado para uso, tanto doméstico quanto comercial. Com os recursos florestais são fabricados equipamentos de pesca, instrumentos de lida na lavoura, de uso doméstico e artesanato, este último para venda. Alguns desses equipamentos e instrumentos são fabricados pelos homens, ao passo que outros itens, que incluem cestarias, cerâmicas, remédios caseiros, são, em grande parte, responsabilidade feminina.

CAIPIRAS - São, hoje, em grande parte sitiadas, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-Oeste, em pequenas propriedades em que desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado. Para Darci Ribeiro, a área cultural caipira é um modo de vida que se difunde paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração e dos núcleos de produção artesanal e de

mantimentos que a supriam de manufaturas, de animais de serviço e outros bens. Esse sistema esparramou-se, ainda segundo Darci Ribeiro, por toda a área florestal e campos naturais do centro-sul do país, desde São Paulo, Espírito Santo e estado do Rio de Janeiro, na costa, até Minas Gerais e Mato Grosso. O único recurso com que conta essa economia decadente é a vasta mão-de-obra desocupada e terras virgens despovoadas e de pouco valor. Com essa base, instala-se uma economia natural de subsistência, dado que a comercialização era limitada. Difunde-se, desse modo, uma agricultura itinerante, a derrubar e queimar novas glebas de mata para a roça, combinada com a caça, e coleta. Dada a dispersão do povoamento, há de um lado a existência de famílias vivendo isoladas e, de outro, alguns bairros rurais. Essas populações desenvolvem formas de convívio e ajuda mútua nas atividades agrícolas, bem como formas de religiosidade peculiares, em torno de capelas e igrejas, onde em domingos e feriados é reverenciado o santo padroeiro. Esse mundo caipira é desarticulado pelo advento da monocultura café e cana, no centro-sul, e pelas fazendas de gado, assim como pela urbanização crescente e pela luta e grilagem das terras. A pequena propriedade caipira acabou, em grande parte, sendo incorporada pela grande propriedade, e somente conseguiu subsistir em nichos onde a mecanização agrícola não pôde avançar, caso das áreas montanhosas da Mata Atlântica e da serra do Mar. Em diversos estudos sobre comunidades caipiras remanescentes, cerca de 62% das pesquisas revelam a existência do extrativismo, ao lado das atividades agrícolas e artesanais, apesar da redução constante da área florestada nas pequenas propriedades rurais. Cerca de 31% desses trabalhos falam do uso de ervas medicinais pelos caipiras.

SITIANTES – é uma categoria bastante ampla, cobrindo aquelas populações que, apesar de basearem seu modo de vida na agricultura, desempenham também outras atividades complementares, como a pesca, o artesanato, o trabalho assalariado. Podem ser considerados pequenos produtores rurais, morando em pequenas propriedades rurais - os sítios -, nos interstícios da grande propriedade ou em bairros rurais. Em algumas regiões eles se confundem com os caipiras ou caboclos. Em alguns estudos essas populações aparecem como caboclos-sitiantes ou sitiantes-caipiras, ou ainda pescadores-sitiantes. Ainda que muitos deles dediquem parte de sua produção, sobretudo a agrícola e a da pequena pecuária, para o consumo familiar, eles estão também intimamente vinculados ao mercado, para o qual dirigem parte importante de sua produção. São também dependentes de fragmentos de mata - quando existem em sua propriedade - para a retirada de mel, de ervas medicinais, cipós e fibras para o

artesanato, barro para a cerâmica etc. A mão-de-obra dos sítios é basicamente familiar, apesar de, em alguns momentos do ciclo agrícola, utilizarem alguma força de trabalho assalariada ou, ainda, em alguns poucos casos, cada vez mais raros, a cooperação dos vizinhos, por meio do mutirão. Nessa categoria, muitas vezes também podem ser incluídos os posseiros e meeiros. Em estudos realizados com sítiantes, cerca de 50,0%, das publicações indicam o extrativismo como atividade complementar no modo de vida dos sítiantes e que 35,7% deles possuem o conhecimento e fazem uso de ervas medicinais.

AÇORIANOS - São descendentes dos imigrantes açorianos e também dos madeirenses e portugueses continentais, que se estabeleceram no litoral catarinense e rio-grandense a partir de meados do século XVIII, guardando traços culturais próprios, fruto da miscigenação com negros e índios. Esses colonos eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem e, quando se fixaram no litoral sul do Brasil, também passaram a combinar a agricultura com a pesca. Segundo Franklin Cascaes, os açorianos começaram a pescar tainha entre maio e agosto, quando abandonavam suas atividades agrícolas para se dedicar à pesca. Como grande parte deles vivia isolada, de início garantiu sua subsistência emprestando técnicas e espécies cultivadas dos indígenas, a exemplo da mandioca. O óleo para iluminação era retirado de peixes e baleias. As igrejas eram o ponto de encontro, para onde iam aos domingos, usando carroças e carros de boi. Na pesca, ainda no século XVIII, eles se dedicaram à captura da baleia, com uma embarcação chamada baleeira, que se tomou fundamental também para os outros tipos de pesca realizados até hoje. Essa situação começou a se alterar na metade do século XX com a expansão urbana de Florianópolis e da orla marítima entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. A partir desse momento começou uma especialização nas atividades pesqueiras, em detrimento da agricultura, apesar de que, até recentemente, na maioria das vezes, os açorianos exerciam conjuntamente a pesca e a lavoura. Esta última é o domínio do trabalho da mulher, principalmente no preparo da farinha de mandioca, e a pesca é domínio masculino. Os pescadores de origem açoriana ficaram conhecidos como excelentes profissionais da pesca, migrando sazonalmente entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, onde eram conhecidos como pescadores-andorinhas. Muitas artes de pesca novas foram introduzidas por esses pescadores nos locais para onde migravam em suas campanhas. A partir de 1970, a indústria de pesca ganhou grande impulso em Santa Catarina, com a política de incentivos fiscais. No entanto, em menos de dez anos fizeram-se sentir os sinais da sobrepesca e algumas

dessas empresas catarinenses migraram para outros lugares, caso do litoral norte amazônico, levando seus barcos e pescadores. No litoral catarinense ficaram, sobretudo, as comunidades de açorianos que se dedicam à pequena pesca, e mais recentemente ao cultivo de mexilhão. As décadas de 1970 e 1980 também trouxeram outras mudanças importantes no litoral catarinense, com a introdução do turismo e das residências secundárias. Muitos desses pescadores, como resultado da expansão urbana e da diminuição dos estoques, transferiram-se para setor de serviços, atendendo ao grande contingente de turistas nacionais e estrangeiros que passam a temporada de verão no litoral catarinense e rio-grandense. Cerca de 40% de estudos e publicações realizados com os açorianos revelam que os mesmos praticam o extrativismo.

FAXINAIS - são povos tradicionais reconhecidos pelo Estado por sua territorialidade específica, por meio do Decreto Federal nº 10.408/2006 (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais) e pela Lei Estadual 15.673/2007, do Paraná. Embora tenham se mobilizado e pressionado politicamente para a conquista desse espaço, tardiamente iniciaram o processo de reivindicação pelo reconhecimento coletivo. A crescente desagregação dos territórios de faxinais impulsionou a iniciativa política de auto-reconhecimento desses povos, atinada com a busca pela garantia de seu território. Reduzidos a cerca de 50 áreas na Região Centro-Sul do Estado do Paraná, os faxinais existentes atualmente são exemplos da resistência desses povos. Considerados como uma forma de organização camponesa peculiar no sul do Brasil, os faxinais se caracterizam, principalmente, pelo uso comum da terra e dos recursos florestais e hídricos, disponibilizados na forma de criadouro comunitário. Esse espaço reflete a produção consensuada de práticas sociais internas e laços de solidariedade que caracterizam a gestão coletiva do território. Delimitado pela cerca comunitária, no interior do qual se conserva uma significativa agrobiodiversidade, é no criadouro comunitário que ocorre o manejo da erva-mate nativa, a criação comum de animais, espécies florestais forrageiras, frutíferas nativas, ervas medicinais e variedades de cultivo agrícolas. É neste espaço que se encontra a moradia, normalmente cercadas em pequenas áreas de terra denominadas de quintais, lugar de produção de hortaliças e pequenas culturas de subsistência. Além do espaço de uso comum há também aqueles de uso privado, as lavouras, que são encontradas do lado externo ao criadouro e que apresentam em sua maioria lavouras compostas, como milho, arroz, feijão e fumo. Desta forma, o faxinal se caracteriza como um território composto e complexo que combina uso comum de recursos e apropriação privada da terra.

POMERANOS - Algumas regiões da Mata Atlântica, principalmente devido a suas características geográficas, permaneceram protegidas ou conseguiram se regenerar mesmo com a presença de imigrantes europeus, historicamente associados ao processo de destruição da floresta. Hoje, a valorização destes remanescentes como polos de ecoturismo ou turismo de aventura e a busca por produtos ecologicamente corretos, como a agricultura orgânica, tem transformado muitos dos descendentes desses povos em aliados da conservação ambiental. Um exemplo são os descendentes de pomeranos – etnia que habitava, até o final da Segunda Guerra Mundial, a então província chamada Pomerânia, entre a Alemanha e a Polônia - que se instalaram no Espírito Santo onde estão os Pontões Capixabas, gigantescas formações rochosas de granito com encaves de Mata Atlântica, região montanhosa onde em 2002 foi criado o Parque Nacional dos Pontões Capixadas, local de abrigo, dentre outras espécies, do muriqui ou monocarvoeiro, primata ameaçado de extinção e um dos símbolos de preservação da Mata Atlântica.

PESCADORES - Essa categoria de população tradicional está espalhada pelo litoral, pelos rios e lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e à pequena agricultura. Apesar de poder, sob alguns aspectos, ser considerada uma categoria ocupacional, os pescadores, particularmente os chamados artesanais, apresentam um modo de vida particular, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas. Frequentemente, mesmo alguns grupos como os jangadeiros e praiheiros identificam-se primordialmente como pescadores. Alguns deles, mesmo vivendo em espaços e lugares definidos neste trabalho como os de jangadeiros e caiçaras, são classificados como pescadores. Por exemplo, mesmo na região costeira, onde historicamente se concentraram os jangadeiros, existem pescadores que não utilizam jangada e sim canoas em estuários, lagunas e rios. Nesse caso, foram classificados com o termo mais genérico de jangadeiros. O mesmo se aplica aos que utilizam os botes - embarcações que frequentemente substituíram as jangadas - no Nordeste. Em diversos estudos realizados, consta que cerca de 25,8% desses registram a existência do extrativismo entre os pescadores, além das próprias atividades pesqueiras.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA - constituem espaços próprios de resistência e sobrevivência, que possibilitaram a preservação e a recriação de valores civilizatórios, de conhecimentos e da cosmovisão trazidos pelos africanos, quando transplantados para o Brasil. Caracterizam-se pelo respeito à tradição

e aos bens naturais; o uso do espaço para a reprodução social, cultural e espiritual da comunidade; e a aplicação de saberes tradicionais, transmitidos através da oralidade. Por quase quatro séculos, uma média de cinco milhões de africanos e africanas cruzaram o Atlântico em porões de navios para serem escravizados no Brasil. Eram pessoas de diferentes etnias, originárias de diversas regiões do continente africano: Angola, Congo, Moçambique, Benim, Cabo Verde, Gana, Guiné, Nigéria, Senegal, etc. Trouxeram em seus corpos e mentes valores civilizatórios, cosmovisão, práticas sociais e alimentares específicas. No processo de luta pela sua sobrevivência física, social e cultural esses povos utilizaram variadas estratégias que proporcionaram, e ainda proporcionam, processos de preservação e reinvenção das práticas tradicionais. De maneira geral, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana possuem um histórico de baixo impacto ambiental, caracterizando-se como comunidades pequenas, ainda que interligadas extensamente, sustentadas por laços próximos de parentesco (de sangue e de santo) e, principalmente, por laços mais distantes de santo, que impõem solidariedade e reciprocidade entre o povo de santo, ou do axé, independentemente das afiliações mais ritualizadas de nação e de genealogias de casas, de pais e de mães de santo. Trata-se de um espaço social próprio, marcado por usos e práticas coletivas de controle e de gestão do território que perfazem uma realidade particular, demarcadora de uma identidade que se diferencia quase sempre pela capacidade de adaptar-se à pequena escala e ao bem limitado para a reprodução da vida material. Na sua relação com o meio ambiente, o povo de santo é enfaticamente preservacionista: a natureza é sagrada e toda a força dos orixás passada para os seus filhos que se tornaram adeptos depende da natureza limpa, intacta, bem cuidada. Na verdade, a escala social e econômica dos terreiros é pequena, quando tomados cada um separadamente, na sua dimensão material, porém ampla e nacional se nos ativermos ao nível que melhor os define como instância histórica das comunidades tradicionais brasileiras: o povo de santo. No que se refere à segurança alimentar, relativa ao segmento de povos de santo, já existia um processo de discussão da questão fundiária no Brasil, quando os processos de tombamentos dos terreiros mais antigos e tradicionais apontavam uma perspectiva de arrefecer a especulação imobiliária. Essa discussão teve início em Salvador, porém ainda centrada no ponto de vista dos terreiros como bens culturais, sem uma reflexão maior, por parte de instituições, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), acerca do seu impacto sobre as práticas alimentares que preservam o meio ambiente e o quanto elas são fundamentais para os povos de terreiro. Como diz uma expressão clássica do mundo do candomblé, “ko si ewe, ko si orixá” -

“sem folhas, não há orixá”. Onde há desmatamento e poluição não há orixá. E sem os orixás, a vida humana empobrece e se descontrola. Nesse processo especulativo (existente em todas as cidades foco do Inventário), as roças, antes parecidas com pequenas chácaras, vão se reduzindo à dimensão de pequenos lotes urbanos, gerando como consequência uma série de dificuldades em relação à diversidade de itens que são necessários para as práticas rituais das diversas nações de candomblé. São várias as autonomias que estão sendo retiradas neste momento, simultaneamente, dos povos de terreiro no que concerne à soberania e à segurança alimentar. Primeiro porque, do ponto de vista fundiário, quando contavam com um terreno maior, em geral denominado de roça, estava bem assegurada uma biodiversidade fundamental para a vida religiosa e comunitária dos terreiros. O ideal sempre foi que o candomblé tivesse a sua roça completa; ou então, quando a roça era pequena, podiam buscar os ingredientes e implementos naturais que faltavam em outras roças, chácaras, feiras e mercados populares. Assim, construía-se a unidade completa dos axés requeridos para o serviço a todos os orixás cultuados na casa. Atualmente, as casas de santo se enfrentam com uma nova realidade, em que diminuiu drasticamente o tamanho das roças, o que fez enfraquecer a relação, mais estável até algumas décadas atrás, entre a economia rural, a economia urbana e suburbana. Não somente diminuíram o tamanho dos terreiros, mas diminuíram também os pequenos sítios produtivos e as unidades extrativistas que supriam os terreiros de animais, vegetais e materiais variados, em geral de cunho artesanal. A economia do axé, fixe-se bem, não se limita ao povo de santo, mas se estende ao circuito de bens e serviços que servem as demandas dos terreiros.

QUILOMBOLAS - são grupos que se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos iniciados no período colonial, durante a escravidão, sendo descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários. Agruparam-se a partir das fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também a partir de heranças, doações e recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, ou muitas vezes em antigas fazendas deixadas pelos antigos grandes proprietários. A simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição, também fazem parte da constituição de comunidades quilombolas. É um movimento, portanto, de transição da condição de escravo para a de camponês livre. Desde a época de formação dos quilombos, as atividades econômicas e a ocupação não-quilombola promovidas por fazendeiros,

madeireiros, mineradoras e garimpeiros foram avançando sobre as terras das comunidades remanescentes. Apesar de existirem, sobretudo após o fim da escravatura, no final do século XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escritura. A Constituição de 1988 garantiu seu direito sobre a terra da qual vivem, em geral de atividades vinculadas à pequena agricultura, ao artesanato, ao extrativismo e à pesca, segundo as várias regiões em que se situam. Assim os quilombos da Amazônia, muitas vezes situados ao longo dos rios e igarapés, garantem sua subsistência com a pequena pesca, o extrativismo e a pequena agricultura. Em outras regiões, as atividades são quase exclusivamente agrícolas. Apesar de alguns trabalhos de pesquisa terem sido feitos antes da década de 1980, a maioria deles é mais recente e surgem no bojo da luta pela afirmação dos quilombolas como um grupo que apresenta uma cultura e uma história particulares, marcadas pela influência negra não só nas atividades agrícolas como também nas religiosas. Atualmente, existem 2.842 comunidades quilombolas identificadas por todo o Brasil. Dessas, 594 estão em processo de regularização fundiária e apenas 87 estão tituladas, ou seja, garantidas para que as comunidades possam viver de acordo com seus hábitos tradicionais. A maioria delas está no Pará e no Maranhão. Embora não exista um levantamento oficial, há muitas comunidades quilombolas localizadas na Mata Atlântica. São comunidades que, assim como a própria história de ocupação e devastação da região, sofrem processos de urbanização, conflitos agrários e lentidão em ter suas terras tituladas e protegidas. Em São Paulo, por exemplo, até setembro de 2008, apenas seis comunidades tinham recebido os títulos de suas terras (Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Pilões, Maria Rosa e Galvão), todas elas no Vale do Ribeira, onde está a maior área contínua de Mata Atlântica do Brasil e o maior número de comunidades quilombolas do estado (cerca de 30). Os quilombolas que aí vivem em municípios como Eldorado, Iporanga e Barra do Turvo, são atores importantes em projetos de desenvolvimento sustentável. Outras comunidades estão localizadas no litoral norte do estado, na região de Sorocaba e no município de Itapeva. Essas comunidades praticam uma economia que se assenta na mão-de-obra familiar e está orientada prioritariamente para a satisfação das necessidades do grupo doméstico. Seu sistema produtivo se sustenta basicamente nas atividades agrícolas e extrativistas. No entanto, muitas vezes também realizam trabalho assalariado nas plantações dos grandes proprietários de terras locais ou em centros urbanos, para poderem complementar a renda familiar e adquirir bens e utensílios diversos não produzidos localmente. Recentemente, constatou-se que cerca de 72,0% das pesquisas realizadas revelam a prática do extrativismo pelos quilombolas e 22,2%

indicam também o conhecimento e uso de ervas medicinais.

POVOS INDÍGENAS - Quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, havia cerca de cinco milhões de índios por aqui. Embora não haja um censo indígena, estima-se que a população de origem nativa e com identidades específicas definidas some cerca de 700.000 indivíduos no País, vivendo em terras indígenas ou em núcleos urbanos próximos. Isso significa 0,2% da população brasileira. As tribos que habitavam o litoral (Tamoios, Temininós, Tupiniquins, Caetés, Tabajaras, Potiguares, Pataxós e Guaranis) foram as primeiras a sofrerem com a chegada dos colonizadores. Os brancos, além de espalhar doenças, usaram os índios como soldados nas guerras contra os invasores e como escravos. Muitas etnias foram extintas e as que sobreviveram sofrem ainda hoje as pressões da civilização. As Terras Indígenas somam, hoje, 627 territórios, ocupando uma extensão total de 109.778.741 hectares (1.097.787 km²) do país. Assim, 13% das terras do Brasil são reservados aos povos indígenas. A maior parte das Terras Indígenas (TIs) concentra-se na Amazônia Legal: são 430 áreas e 98,61% da extensão de todas as TIs. O restante, 1,39%, espalha-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e estado do Mato Grosso do Sul, cujo histórico de ocupação tem como saldo, além da destruição da Mata Atlântica, a expropriação e desagregação social ou extermínio de boa parte dos indígenas que aí viviam. No caso da Mata Atlântica, em específico, o padrão que se observa é de confinamento territorial: os remanescentes florestais são escassos; as TIs são, de forma geral, diminutas, e os conflitos territoriais são comuns. É nesse contexto que vive uma população de cerca de 100 mil índios em 120 Terras Indígenas localizadas em áreas de Mata Atlântica. Essas terras – já demarcadas e homologadas ou em processo de reconhecimento – somam cerca de 590 mil ha, ou 0,53% da extensão de todas as TIs no Brasil, e estão localizadas principalmente nos estados de Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A soma das TIs na Bahia resulta na maior extensão de Mata Atlântica destinada para a proteção da cultura e dos usos tradicionais indígenas, enquanto, no Mato Grosso do Sul, verifica-se a maior população de índios em TIs localizadas na Mata Atlântica. Os grupos indígenas mais numerosos são os Guaranis, presentes no Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo; e os Kaingangs, no Paraná, em Santa Catarina, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Há, no entanto, muitos outros povos indígenas que vivem na Mata Atlântica: Karapotó, Krenak, Maxacali, Pataxó, Pataxó Hã-hã-Hãe, Potiguara, Terena, Tingui Botó, Tupinambá, Tupiniquim, Wassu, Xakriabá, Xetá e Xokleng.

2.3. Agrobiodiversidade e plantas medicinais

O conceito de agrobiodiversidade ou biodiversidade cultivada está definido formalmente pela Decisão V/5 da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, como um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, e todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e micro-organismos, nos níveis genético, de espécies e ecossistemas, os quais são necessários para sustentar funções-chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos (Stella *et al.*, 2006). Consideram-se, no caso, como agroecossistemas as áreas de paisagem natural transformadas pelo ser humano para produção de alimentos, fibras, e outras matérias primas, sendo uma de suas características a predominância de espécies de interesse para o ser humano (Santili, 2009).

Além dos três níveis de complexidade relacionados à biodiversidade, a agrobiodiversidade apresenta outros elementos essenciais à sua compreensão. Por se tratar de um componente com forte vínculo com os seres humanos, o conceito de agrobiodiversidade envolve necessariamente a compreensão de que o elemento humano é a chave para a diferenciação do que é agrobiodiversidade dentro da biodiversidade. Este componente se manifesta por meio de práticas de manejo e cultivo (sistemas de cultivo, de manejo, técnicas de seleção e de melhoramento de espécies, por exemplo), até tradições e costumes (preferências, festividades, ritos e religiosidade). O elemento diferencial entre agrobiodiversidade e biodiversidade pode então ser traduzido essencialmente pela ação do homem, com um forte componente cultural (Stella *et al.*, 2006).

Assim, uma noção mais ampla de agrobiodiversidade está relacionada a uma ampla gama de combinações entre quatro níveis de complexidade: diversidade de espécies; diversidade intraespecífica; diversidade de ecossistemas e diversidade sociocultural, etnocultural ou ainda sociodiversidade. Esta concepção associa-se às atuais discussões que envolvem o desenvolvimento socioambiental sustentável, abrangendo notadamente povos indígenas, povos tradicionais, comunidades rurais, locais e tradicionais, quilombolas e camponeses, que possuem um vasto conhecimento a partir das formas de uso da terra que vêm sendo transmitidas desde tempos pretéritos. Sendo assim, tais elementos são importantes para o desenvolvimento socioambiental sustentável.

Uma característica essencial da agrobiodiversidade é que seus componentes (agroecossistemas, espécies, variedades e raças, sociodiversidade) se distribuem de forma desigual no espaço geográfico, demonstrando um gradiente geográfico para esses

componentes. Tal característica implica na necessidade de adoção de medidas de conservação dos ambientes nos quais esse diferentes componentes ocorrem e interagem entre si (Nodari & Guerra, 2004).

A conservação dos componentes da agrobiodiversidade é normalmente feita na propriedade (*in situ on farm*), sendo praticada pelos agricultores há milênios. Esse tipo de conservação se fundamenta num contínuo processo de evolução e adaptação, onde novas variantes surgem e são desafiados pela seleção natural e artificial (antrópica). Neste sentido, as variedades crioulas ou locais mantidas neste processo de conservação na propriedade, apresentam alta diversidade genética (fenotípica e genotípica) e interface entre os tipos silvestres e domesticados. A diversidade agrícola não é só o produto da seleção em ambientes diversos, mas também reflete a preferência humana.

No Brasil, a **agrobiodiversidade está estreitamente associada a uma diversidade cultural composta pelas mais de 200 sociedades indígenas, milhares de comunidades quilombolas e inúmeras comunidades tradicionais** que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição de geração a geração (Brasil, 2007). Esses povos e comunidades tradicionais somam cerca de 213 mil famílias, que correspondem a mais de 1,5 milhões de pessoas, distribuídas por um território de mais de 143 milhões de ha, mais de um quinto do território nacional. Essas áreas correspondem principalmente a Terras Indígenas, territórios quilombolas titulados, unidades de conservação de uso sustentável, projetos de assentamento ambientalmente diferenciados e áreas de ribeirinhos agroextrativistas. Se forem consideradas outras formas de ocupação e/ou utilização de áreas por comunidades tradicionais, em âmbito mais regional ou local, tais como os faxinais na Região Sul, os cerradeiros e chapadeiros no Cerrado, as comunidades de fundo de pasto na Mata Atlântica e as quebradeiras de coco babaçu no Nordeste, os territórios tradicionais podem estar distribuídas em até um quarto do território nacional e atingir cerca de 20 milhões de pessoas.

Outro conjunto de atores responsáveis pela geração, reprodução e manutenção da agrobiodiversidade são os agricultores familiares e camponeses, cuja contribuição para a conservação e desenvolvimento dos recursos genéticos, que compõem a agrobiodiversidade, é plenamente reconhecida a nível internacional (Brasil, 2008). Segundo o MDA/DIEESE (2006), cerca de 23 % da área total dos imóveis rurais no país são estabelecimentos ou empreendimentos da agricultura familiar, responsáveis pela geração de até 9,6 % do PIB

nacional, demonstrando a importância desse segmento na economia nacional e na produção de alimentos e outros produtos.

Como signatário da CDB, o Brasil assumiu compromissos relacionados à promoção da conservação e da utilização sustentável da agrobiodiversidade e à repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados. Esses compromissos estão elencados na Decisão III/11 da Conferência das Partes COP3 da CDB, que estabeleceu um programa plurianual visando a promoção dos efeitos positivos das práticas agrícolas sobre agrobiodiversidade e a redução dos seus efeitos negativos sobre a biodiversidade nos agroecossistemas e em outros ecossistemas, a conservação e uso sustentável dos recursos genéticos de valor atual e potencial para a alimentação e a agricultura, e a justa e equitativa repartição dos benefícios oriundos da utilização dos recursos genéticos (SCBD, 2003).

A Decisão III/11 também acolheu a disposição da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO em continuar, em estreita colaboração com o Secretariado Executivo da CDB, a incentivar e apoiar os países signatários a promoverem ações voltadas à agrobiodiversidade. Tais ações se enquadram no âmbito do Plano Global de Ação para Recursos Fitogenéticos no que concernem as suas quatro grandes áreas de atuação: (i) Conservação *in situ* e desenvolvimento; (ii) Conservação *ex situ*; (iii) Utilização dos recursos fitogenéticos; e (iv) Instituições e Capacitação; quanto nos termos definidos pelo Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura – TIRFAA. O Tratado se refere a um instrumento legal vinculante e trata de todos os recursos fitogenéticos de interesse para a alimentação e a agricultura. Objetiva a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da sua utilização, em harmonia com a Convenção sobre Diversidade Biológica, para uma agricultura sustentável e segurança alimentar. Ressaltem-se os seus Art. 5º “Conservação, Prospecção, Coleta, Caracterização, Avaliação e Documentação de Recursos Fitogenéticos”; Art. 6º “Uso Sustentável dos Recursos Fitogenéticos”, e Art. 9º “Direito dos Agricultores”, que são diretamente relacionados à promoção da conservação e do uso sustentável da agrobiodiversidade no seu componente de recursos fitogenéticos (Brasil, 2008).

No âmbito das políticas públicas a agrobiodiversidade torna-se uma temática de maior relevância, pois se refere às complexas e dinâmicas relações das sociedades humanas com os elementos da biodiversidade que compõem os agroecossistemas, plantas e animais

domesticados, semi-domesticados e manejados, bem como os ambientes em que convivem, com repercussão sobre a implementação de políticas voltadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e de seus recursos genéticos, de promoção da segurança alimentar e nutricional, de inclusão social, de reconhecimento e empoderamento cultural de grupos de atores, entre outras (Santilli 2009; Stella *et al.*, 2006).

O componente da agrobiodiversidade relacionado à diversidade genética, manejado por populações tradicionais e por agricultores familiares, conservado no campo e pelo agricultor, é fruto de um longo e diversificado processo de seleção, adaptado à realidade local. Apesar de sua importância, carece de reconhecimento e de esforços especiais voltados à sua conservação e valorização. Nesta diversidade, expressa em uma infinidade de cultivares tradicionais de mandioca, milho, feijão, amendoim, plantas frutíferas, medicinais e outras, observam-se múltiplas adaptações às mais diferentes condições ambientais (solo e clima, por exemplo) em associação com as mais diversas representações e práticas culturais. Uma ampla gama de produtos agrícolas é ofertada a partir deste estoque de variedades. Práticas e saberes associados permitiram a contínua adaptação desse patrimônio biológico às modificações dos contextos ecológicos e socioeconômicos locais e nacionais e foram elementos decisivos para a autonomia e a segurança alimentar das comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores (Stella *et al.*, 2006).

À medida que essa diversidade genética for mantida e mesmo expandida, serão criadas melhores condições para consolidar e ampliar as ações de conservação *on farm*, tão necessárias para a manutenção da agrobiodiversidade. Apesar da valorização da mesma como fonte de características para uso em programas de melhoramento, ela pode oferecer uma contribuição ainda muito mais ampla no aumento da produtividade (Frison *et al.*, 2011).

No Brasil, a estratégia voltada à conservação *on farm* vem sendo rapidamente consolidada por meio de uma ampla rede de ações dirigidas à manutenção de recursos genéticos na propriedade rural, particularmente as espécies de interesse agrícola. Essas ações contam com uma efetiva participação de movimentos sociais, onde a ênfase é dirigida para o resgate, à conservação de variedades crioulas ou locais, à implantação de sistemas agroflorestais e ao extrativismo (Coradin, 2011). Assim, a conservação das espécies da agrobiodiversidade tem sido encorajada pela adoção de princípios e processos agroecológicos, os quais fortalecem a segurança alimentar nas propriedades, em terras indígenas e em comunidades tradicionais.

Nesse contexto da agrobiodiversidade, as plantas medicinais são um dos elementos de maior importância de uso para as sociedades humanas, que se relaciona diretamente com todos os componentes da agrobiodiversidade. Há uma enorme riqueza de espécies vegetais medicinais, que está diretamente associada ao conhecimento cultural sobre as mesmas, suas indicações e formas de uso, bem como os sistemas de manejo e cultivo. Esse conhecimento estende-se inclusive aos diferentes ecossistemas e agroecossistemas nos quais as plantas desenvolvem-se, o que conduz a percepção de uma diversidade genética (cultivares, variedades e etnovariedades).

As plantas medicinais são espécies de plantas cultivadas ou não, que são manejadas e utilizadas pelo homem para fins terapêuticos ou preventivos, especialmente para atenção primária à saúde. O conhecimento sobre as espécies, o manejo e o cultivo, as técnicas de preparação de remédios, incluindo o saber sobre qual é a melhor parte da planta e qual é a melhor técnica de colheita, assim como qual a forma de preparo, constituem o elemento denominando “conhecimento tradicional associado à biodiversidade”. Esse conhecimento vem sendo acumulado há muito tempo, transferido de geração a geração e perpassa uma ampla gama de comunidades, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, agricultores familiares e também um grande contingente de cidadãos urbanos (Stella *et al.*, 2006).

O uso terapêutico da biodiversidade revela-se importante fator histórico, que ocorre desde as primeiras comunidades formadas. As plantas medicinais são manejadas e cultivadas praticamente desde os primórdios da agricultura, e sua utilização compõe, junto com o uso para fins medicinais de animais e fungos, todo um conjunto de saberes e práticas voltadas à saúde que conformam o que hoje é reconhecido, inclusive pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como parte da Medicina Tradicional, presente e praticada em praticamente todos os países (Lameira & Pinto, 2008).

No Brasil, um país megadiverso, essa medicina está baseada numa sociodiversidade expressiva que envolve mais de 220 etnias indígenas, inúmeras comunidades quilombolas, várias outras comunidades tradicionais e locais, todas essas intimamente associadas ao ambiente e à biodiversidade onde se estabeleceram e se desenvolvem culturalmente ao longo do tempo, com a produção e reprodução de conhecimento, saberes e práticas. Em conjunto com a contribuição dos europeus, no processo de colonização e nas posteriores imigrações, toda essa sociodiversidade possibilitou também a formação de uma medicina tradicional brasileira, que tem na sua base principalmente o uso das plantas medicinais nativas da flora brasileira e das espécies exóticas adaptadas (Lameira & Pinto, 2008).

A medicina tradicional e a popular apresentam-se como importante fonte de conhecimento sobre o uso terapêutico da biodiversidade e, no caso específico das plantas medicinais, esse conhecimento tem contribuído significativamente para o avanço no campo da pesquisa e inovação tecnológica, a partir das indicações propiciadas pelo acesso ao conhecimento tradicional associado ao uso medicinal. No entanto, pela permanência de grandes lacunas no conhecimento científico sobre as propriedades terapêuticas das plantas, o seu acesso e uso pela população nos programas saúde pública ainda são restritos, bem como o desenvolvimento de novos produtos de atenção à saúde não avança de forma a atender as necessidades epidemiológicas existentes (Matos, 2007).

3. OBJETIVO GERAL

Definição de estratégia para a elaboração e publicação da Farmacopeia Popular do Bioma Mata Atlântica, que deverá envolver o levantamento e a sistematização de informações sobre as espécies fitoterápicas de uso tradicional e popular na região, a partir de experiências relevantes de comunidades tradicionais e locais, povos indígenas e agricultores familiares.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar levantamento, avaliar, sistematizar, ordenar passo a passo e registrar as experiências sobre o conhecimento tradicional e popular relacionado às indicações de uso e tratamento com plantas medicinais pelas comunidades envolvidas (formas de uso e preparações - etnofarmacologia).
- Realizar levantamento, avaliar, sistematizar, ordenar passo a passo e registrar o conhecimento botânico tradicional e o conhecimento ecológico tradicional relacionado às espécies nativas da flora da Mata Atlântica utilizadas na medicina tradicional e popular (nome popular, identificação, distribuição, etnotaxonomia, etnobotânica e etnoecologia).
- Realizar levantamento, avaliar, sistematizar, ordenar passo a passo e registrar as experiências relacionadas às boas práticas populares e tradicionais aplicadas na obtenção e produção (extrativismo, manejo e cultivo) das espécies reconhecidas e utilizadas nas comunidades.
- Realizar levantamento, avaliar, sistematizar, ordenar passo a passo e registrar as experiências relacionadas às boas práticas populares e tradicionais envolvidas nos processos de manipulação e fabricação de produtos fitoterápicos tradicionais das comunidades.
- Realizar oficinas regionais de trabalho com representantes dos povos indígenas, povos e

comunidades tradicionais, comunidades locais e de agricultores familiares, com atuação na medicina tradicional e popular no Bioma Mata Atlântica.

- Realizar o levantamento e sistematização de informações técnicas e científicas (botânicas, ecológicas, etnobiológicas, agronômicas, farmacológicas, clínicas e econômicas) existentes sobre as espécies medicinais nativas registradas a partir do uso tradicional e popular nas comunidades envolvidas no projeto.
- Realizar seminários regionais, com a participação de representantes das comunidades e representantes dos parceiros institucionais envolvidos, públicos e privados.
- Organizar e revisar os resultados obtidos e preparar e sistematizar o material, incluindo fotos representativas (em alta resolução) das atividades realizadas e das espécies objeto deste trabalho, com vistas à publicação.

5. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA FARMACOPEIA

Dada à extensão territorial do bioma Mata Atlântica, que abrange 17 estados, conforme o Mapa da Área de Aplicação da Lei nº 11.428/06 (Brasil, 2008), a estratégia indicada para elaboração da sua farmacopeia popular deve ser setorializada com base na sua distribuição espacial nas regiões geopolíticas brasileiras. Nessa configuração, o processo de elaboração deve ser descentralizado e realizado em cada região que contém o bioma Mata Atlântica no seu território: Nordeste, Sudeste e Sul. Nesta última, a estratégia de elaboração contemplará também o Estado do Mato Grosso Sul, devido a uma maior continuidade espacial do bioma entre este estado e a Região Sul (Paraná).

A descentralização do processo de elaboração da farmacopeia da Mata Atlântica nas três regiões (Sul, Sudeste e Nordeste) também tem respaldo na distribuição regional das diversas fitofisionomias, formações florestais nativas e ecossistemas associados, que, em boa parte, é determinada pelo meio físico, a exemplo da variação de altitude, das diferenças de solo e formas de relevo, além da própria adaptação ao clima, que varia de tropical úmido ao temperado, no sentido latitudinal do Nordeste ao Sul do Brasil. Embora apresentem formações florestais, savânicas e de campos comuns, cada uma das regiões no domínio Mata Atlântica apresenta também características próprias em relação a sua cobertura vegetal. Assim, como grandes blocos florísticos da Mata Atlântica podemos mencionar as formações ombrófilas densas do litoral, as florestas estacionais mais para o interior, bem como as diversas adaptações de transição para vegetações de clima mais seco do Brasil central e as matas ombrófilas mistas com araucárias da Região Sul. Além disso, convivem com ela

diversos ecossistemas associados a exemplo das especializações florestais litorâneas, manguezais, campos de altitude, entre outras (MMA, 2010; RBMA, 2013).

Outro ponto importante para a definição das áreas foco para a elaboração da farmacopeia é a opção por utilizar o Mapa de Biomas (IBGE, 2004), que difere do Mapa da Área de Aplicação da Lei nº 11.428/06 (Brasil, 2008), por considerar tão somente as áreas contínuas no âmbito do bioma Mata Atlântica, não considerando os encaves florestais, brejos interioranos e outras formações inseridas nos demais biomas brasileiros. Ressalte-se que o Mapa de Biomas (IBGE, 2004), vem sendo utilizado na implementação de outras políticas públicas desenvolvidas pelo MMA, caso daquelas relacionadas ao monitoramento dos remanescentes de cobertura vegetal nos biomas, políticas de combate ao desmatamento e definição de áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira (MMA, 2007a; MMA, 2007b).

Nesse panorama, as fases a serem desenvolvidas para elaboração da Farmacopeia Popular da Mata Atlântica, descritas a seguir, devem ser implementadas para cada região, com as devidas adaptações aos contextos regionais e locais.

5.1. Fase preparatória

A fase preparatória visa proporcionar a identificação e articulação dos diversos atores regionais e locais, públicos e privados, envolvidos direta ou indiretamente com a questão do uso tradicional e popular de plantas medicinais no bioma Mata Atlântica, associada a sua utilização no âmbito da medicina popular, garantindo-se a plena representatividade e participação ativa de todos os segmentos. Nessa fase devem ser estabelecidos os critérios para a seleção das experiências que devem participar de todo o processo de levantamento, diagnóstico e sistematização das informações que irão compor o conteúdo da Farmacopeia, bem como a metodologia, metas e cronograma de execução das atividades, e as instituições que devem coordenar e executar as diversas atividades necessárias ao alcance do objetivo.

5.1.1. Articulação dos atores públicos e privados

Os seguintes segmentos, com atuação direta ou indireta no bioma Mata Atlântica, podem ser envolvidos no processo de elaboração da Farmacopeia:

- Representantes do bioma Mata Atlântica no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

- Representantes de povos indígenas e suas organizações, desde que localizadas na Mata Atlântica;
- Representantes de povos e comunidades tradicionais e locais, e suas organizações, desde que localizadas na Mata Atlântica;
- Representantes de terapeutas tradicionais (raizeiros, erveiros, parteiras e benzedeadas) e suas organizações;
- Representantes de movimentos sociais atuantes na questão da saúde;
- Representantes de movimentos sociais atuantes no campo (agricultura familiar e reforma agrária);
- Representantes dos movimentos sociais atuantes na área ambiental;
- Representantes das instituições de pesquisa, ensino e extensão com atuação no bioma Mata Atlântica;
- Representantes do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e de seus Colegiados Regionais.

A coordenação do processo será de responsabilidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA, por meio do seu Departamento de Conservação da Biodiversidade – DCBio, o qual deverá proporcionar as condições institucionais, orçamentárias e financeiras necessárias para a execução da estratégia proposta.

Nesse sentido, ao DCBio, por meio da sua Gerência de Recursos Genéticos, caberá a tarefa de buscar a interlocução com os demais setores da SBF e do MMA que tenham interface e competência de atuação, direta ou indireta, no âmbito das políticas de promoção da conservação e do uso sustentável da biodiversidade no bioma Mata Atlântica.

5.1.2. Identificação de instituições executoras

Para realização do levantamento dos dados necessários para elaboração da Farmacopeia, o DCBio/SBF/MMA deverá definir o perfil da(s) instituição(ões) com capacidade técnica instalada necessária para alcançar os objetivos propostos. Com o perfil definido, será possível dar início ao processo de contratação dos serviços técnicos especializados, por meio da elaboração e publicação de edital ou termo de referência, de acordo com as fontes orçamentárias destacadas para a execução da proposta (Anexo V).

5.1.3. Identificação e seleção das comunidades e experiências

Para participação no processo de elaboração da Farmacopeia, a identificação e a seleção das comunidades e experiências deverá estar baseada na representação social e

cultural, garantindo-se a presença de todos os segmentos cuja atuação compõe a medicina tradicional e popular, de forma a tornar o trabalho representativo dos saberes e fazeres existentes no Bioma Mata Atlântica. Esse processo deve também proporcionar uma representação regionalizada, de forma a garantir o máximo da expressão geográfica, ecológica e da sociobiodiversidade do bioma.

Deverão também ser identificadas as instituições/entidades responsáveis pelos levantamentos, de forma a permitir melhor capacitação e treinamento dos agentes em relação aos métodos e procedimentos que deverão ser empregados nos levantamentos locais nas comunidades selecionadas.

5.1.4. Definição de cronograma e metas

A partir da seleção da(s) instituição(ões) executoras e das comunidades e experiências de uso tradicional de plantas medicinais na Mata Atlântica, o DCBio/SBF deverá elaborar um cronograma de atividades e metas, a ser apresentado e aprovado de comum acordo entre todas as partes. Poderão ser convidados a contribuir durante esse processo outras instituições públicas e privadas com interesse e/ou envolvimento com o tema.

5.2. Fase Regional

5.2.1. Capacitação e treinamento

Inicialmente deve ser realizado um processo de capacitação e treinamento de todos os agentes da(s) instituição(ões) responsável(is) pelos levantamentos nas comunidades e experiências, bem como dos possíveis parceiros envolvidos. O conteúdo da capacitação deverá ter um caráter multidisciplinar e multissetorial, em função da abrangência holística das práticas e saberes relacionados à medicina popular e ao uso terapêutico tradicional e popular das plantas. A capacitação deverá considerar também as diversas especificidades relacionadas a cada tipo de comunidade e de experiência do participante no projeto, suas características sócio-culturais, históricas e sua sociobiodiversidade. Finalmente, todos os agentes deverão estar bem informados sobre os aspectos legais relacionados ao acesso aos conhecimentos tradicionais associados.

A capacitação e treinamento deverão ser realizadas por instituições com reconhecida capacidade técnica e experiência nos temas, sempre em parceria com representantes das comunidades e de representantes de outras experiências de uso de plantas medicinais. Parte integrante do processo será a apresentação do roteiro metodológico (Anexo I) dos levantamentos.

5.2.2. Levantamentos a campo nas comunidades

A(s) instituição(ões) definida(s) para a realização dos levantamentos a campo, com visitas às comunidades e experiências selecionadas, devem proceder, no mínimo, as seguintes atividades: 1) Apresentação à comunidade dos objetivos do trabalho, garantindo-se o consentimento prévio fundamentado; 2) atuação sempre em parceria com as lideranças e outros atores comunitários relevantes; 3) levantamento das informações necessárias junto a atores previamente identificados como detentores de saberes e práticas relacionados ao tema, seguindo o roteiro metodológico; 4) registro fotográfico de cada espécie citada, suas preparações e ambientes onde se desenvolvem; e 5) sistematização das informações.

5.2.3. Realização de oficinas regionais para validação

A realização das oficinas regionais deverá obedecer a programação pré-estabelecida pela coordenação do projeto, garantindo-se, pelo menos, uma oficina em cada região geográfica, com participação de representantes de cada comunidade e experiência localizada na região. Os dados obtidos nos levantamentos serão apresentados de forma sistematizada, conforme roteiro estabelecido (Anexo II), para sua discussão e validação pelos participantes de cada oficina. A validação se refere a todas as informações relativas às espécies nativas registradas em cada comunidade pesquisada.

Poderão ser realizadas oficinas setoriais envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais e locais, a fim de garantir e preservar suas especificidades.

5.2.4. Levantamento e sistematização de informações técnico-científicas

A partir das espécies registradas e validadas das oficinas regionais será realizado exaustivo levantamento bibliográfico sobre informações técnico-científicas existentes para essas espécies. Essas informações deverão abranger aspectos botânicos, ecológicos, etnobiológicos, agrônômicos, farmacológicos, clínicos, econômicos e outros que possam contribuir para o diálogo de saberes entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico, como estratégia para fortalecer o reconhecimento, o resgate, a proteção e a prática da medicina popular e do uso terapêutico tradicional e popular das espécies nativas da flora do bioma Mata Atlântica.

Para esse levantamento serão convidadas instituições de reconhecida atuação em cada área de saber científico envolvido, que deverão apresentar seus resultados de forma sistematizada, seguindo roteiro metodológico estabelecido (Anexo III).

5.2.5. Sistematização dos resultados das oficinas regionais

Os resultados validados nas oficinas regionais e/ou setoriais devem ser sistematizados, seguindo o roteiro metodológico para elaboração das respectivas monografias de plantas medicinais que constarão da Farmacopeia.

5.2.6. Seminários regionais

Esta etapa será coordenada diretamente pelo MMA, por meio do DCBio/SBF, com o apoio de outros setores do MMA envolvidos, bem como de instituições parceiras, e será executada com a realização dos seminários regionais, um em cada região definida pela metodologia, no qual serão definidas todas as informações que deverão constar na publicação da Farmacopeia. Deverão participar do Seminário Regional:

- Representantes de cada segmento com atuação na temática, escolhidos nas oficinas regionais;
- Representantes das organizações regionais e nacionais dos povos indígenas situados no bioma Mata Atlântica;
- Representantes das organizações regionais e nacionais dos povos e comunidades tradicionais situados no bioma Mata Atlântica;
- Representantes das organizações regionais e nacionais dos movimentos sociais com atuação na medicina tradicional e popular no bioma Mata Atlântica.

No Seminário Nacional também deverá ser discutida a criação e implantação da Rede de Plantas Medicinais do Bioma Mata Atlântica, com o objetivo de propor, acompanhar e monitorar a implementação de políticas públicas de promoção do uso sustentável da biodiversidade e da sociobiodiversidade para a saúde.

5.3. Fase conclusiva

5.3.1. Preparação de documento para publicação

O documento para publicação deve ser elaborado seguindo as orientações básicas, conforme Anexo IV.

5.3.2. Aprovação do documento técnico final

O documento técnico final, no formato para publicação, deverá ser encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente para avaliação e considerações finais, bem como para os

procedimentos para publicação.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PROPOSTO

FASE	ESPECIFICAÇÃO	DURAÇÃO	
		INÍCIO	TÉRMINO
1. PREPARATÓRIA	Articulação com os diversos atores para a elaboração da Farmacopeia	Mês 1	Mês 4
	Identificação de instituições executoras	Mês 1	Mês 4
	Seleção dos povos e comunidades que participarão dos levantamentos, de forma a garantir a representatividade dos fazeres e saberes existentes no bioma Mata Atlântica	Mês 1	Mês 4
	Definição da metodologia para orientar os levantamentos a serem realizados	Mês 1	Mês 4
2. EXECUTIVA	Capacitação e treinamento	Mês 5	Mês 8
	Levantamento de informações nas comunidades	Mês 9	Mês 12
	Realização de oficinas regionais para validação das informações	Mês 13	Mês 18
	Levantamento e sistematização de informações técnico-científicas	Mês 13	Mês 18
	Sistematização das informações levantadas nas oficinas	Mês 13	Mês 18
	Realização do Seminário Regional da Farmacopeia Popular da Mata Atlântica	Mês 21	Mês 22
3. CONCLUSIVA	Preparação a informação para publicação, incluindo fotos, ilustrações, etc.	Mês 23	Mês 23
	Documento Técnico Final	Mês 24	Mês 24

7. RESULTADO ESPERADO

Farmacopeia Popular do bioma Mata Atlântica elaborada e encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente para análise e para publicação.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agra, M. F.; Silva, K. N.; Basílio, I. J. L. D.; França, P. F.; Barbosa-Filho, J. M. 2008. Survey of medicinal plants used in the region Northeast of Brazil. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, 18: 472-508.
- Berker, F. 1993. **Traditional Ecological Knowledge in Perspective**. P. 1-9. In: Traditional Ecological Knowledge - Concepts and cases. Julian T. Inglis (Ed.). Ottawa, Canadá: International Development Research Centre - IDRC.
- Brasil. 2007. Decreto nº 6.640, de 7 de fevereiro de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 8 de fevereiro de 2007.
- Brasil. 2008. Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2008.
- Brasil. Ministério da Saúde. 2006. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 60p.
- Brasil. 2007. **Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2007, p. 316.
- Coelho-de-Souza, G.; Bassi, J. B.; Kubo, R. R. 2011. **Etnoecologia: Dimensões teórica e aplicada**. P. 25-48. Transformações no espaço rural. Gabriela Coelho-de-Souza (Org.) Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- Coradin, L.; Siminski, A.; Reis A. 2011. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro – Região Sul**. Brasília: MMA. 943 p.
- Dias, J. E. Laureano, L. C. 2010. **Farmacopeia Popular do Cerrado**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.
- Elisabetsky & Souza, 2004. **Etnofarmacologia como ferramenta na busca de substâncias ativas**. In: Farmacognosia: da planta ao medicamento. Cláudia Maria Oliveira Simões *et al.* (Org.). Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/Editora da UFSC. p. 107-122.
- Ferreira Júnior, W. S.; Alencar, N. L.; Albuquerque, U. P. de. 2010. Métodos para a coleta em etnobiologia médica, p. 401-418. In: **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Ulysses Paulino de Albuquerque, Reinaldo Farias Paiva de Lucena, Lui4z

- Vital Fernandes Cruz da Cunha (Org.). Recife, PE: NUPEEA. 560 p.
- Forzza, R. C.; Baumgratz, J. F. A.; Bicudo, C. E. M.; Carvalho JR, A. A.; Costa, A.; Costa, D. P.; Hopkins, M.; Leitman, P. M.; Lohmann, L. G.; Maia, L. C.; Martinelli, G.; Menezes, M.; Morim, M. P.; Coelho, M. A. N.; Peixoto, A. L.; Pirani, J. R.; Prado, J.; Queiroz, L. P.; Souza, V. C.; Stehmann, J. R.; Sylvestre, L. S.; Walter, B. M. T. e Zappi, D. (ed.). **Catálogo de plantas e fungos do Brasil**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2010. (v. 1, 871 p.).
- Gerique, A. 2006. **An introduction to ethnoecology and ethnobotany** Theory and Methods Integrative assessment and planning methods for sustainable agroforestry in humid and semiarid regions Advanced Scientific Training – Loja, Ecuador. <http://www.utpl.edu.ec/summerschool/images/stories/presentaciones/ethnoecology.pdf>
- IBGE. 2004. **Mapa de Biomas do Brasil, primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE. acessível em www.ibge.gov.br.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. 2007a. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização** - Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007. Brasília, DF: MMA. 300 p. (Série Biodiversidade, 31)
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. 2007b. **Mapas de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros**. Brasília, DF: MMA.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. 2010. **Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros**. Brasília, DF: MMA. 408 p.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. 2011. **Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília: MMA. 248 p.
- RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2013. **Texto Síntese – A Mata Atlântica**. http://www.rbma.org.br/anuario/mata_01_sintese.asp
- Toledo, V. T.; Barrera-Bassols, N. 2010. A Etnoecologia: Uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. P. 13-36. In: **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Albuquerque, U. P.; Lucena, R. F. P. de; Cunha, L. V. F. C. da (Org.). Recife, PE: NUPPEA.

9. ANEXOS

ANEXO I - ROTEIRO METODOLÓGICO PARA LEVANTAMENTO DAS ESPÉCIES VEGETAIS DE USO TERAPÊUTICO TRADICIONAL E POPULAR NO BIOMA MATA ATLÂNTICA

ANEXO II - ROTEIRO METODOLÓGICO PARA SISTEMATIZAÇÃO E

APRESENTAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS DO USO TERAPÊUTICO, TRADICIONAL E POPULAR NO BIOMA MATA ATLÂNTICA

ANEXO III - ROTEIRO METODOLÓGICO PARA LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS SOBRE AS ESPÉCIES VEGETAIS DE USO TERAPÊUTICO, TRADICIONAL E POPULAR NO BIOMA MATA ATLÂNTICA

ANEXO IV - ROTEIRO PARA PUBLICAÇÃO DA FARMACOPEIA POPULAR DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA

ANEXO I

ROTEIRO METODOLÓGICO PARA LEVANTAMENTO DAS ESPÉCIES VEGETAIS DE USO TERAPÊUTICO TRADICIONAL E POPULAR NO BIOMA MATA ATLÂNTICA

FICHA A SER APLICADA NAS ENTREVISTAS RELATIVAS ÀS PLANTAS MEDICINAIS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

1. NOME DO ENTREVISTADO
2. SEXO
3. IDADE
4. ENDEREÇO/LOCALIDADE ONDE MORA
5. TEMPO DE MORADIA
6. PROFISSÃO
7. COMUNIDADE A QUAL PERTENCE
8. ATIVIDADE QUE EXERCE COM PLANTAS MEDICINAIS (erveiro, raizeiro, parteira, benzedeira, pajé, terapeuta tradicional, conhecedor de plantas)
9. LOCAL QUE EXERCE ATIVIDADE COM PLANTAS MEDICINAIS (uso próprio, na família, na comunidade, feiras livres, mercados, comércio próprio, projetos comunitários, projetos sociais)
10. COMO DESENVOLVEU O CONHECIMENTO SOBRE O USO DAS PLANTAS (COM QUEM)
11. HÁ QUANTO TEMPO ATUA COM PLANTAS MEDICINAIS

FICHA DA PLANTA MEDICINAL

1. NOME POPULAR DA PLANTA

2. INDICAÇÕES DE USO

2.1. INDICAR PARA CADA USO ESPECÍFICO:

a) QUAIS AS PARTES UTILIZADAS DA PLANTA (raiz, casca, folha, etc):

b) FORMAS DE USO

- chá (decoção ou cozimento)
- chá (infusão)
- alcoolatura (garrafada)
- tintura
- lambedor
- xarope
- cataplasma (compressa)
- pomada
- gel
- sabonete
- banho (de assento, escaldamento, frio)
- inalação
- óleo
- outras formas

c) INSUMOS USADOS PARA PREPARAÇÃO

- água
- álcool (que tipo, que concentração)
- óleo (qual)
- gel (qual)
- mel (de que)
- açúcar (que tipo)
- outros insumos

d) FORMA DE PREPARO (dar detalhes em relação ao preparo)

e) TEMPO DE USO NO TRATAMENTO DE CADA DOENÇA ESPECÍFICA

f) OUTRAS PLANTAS QUE TAMBÉM PODEM SER UTILIZADAS NAS PREPARAÇÕES

3. COMO IDENTIFICAR A PLANTA INDICADA

- pelo aspecto geral da planta
- pela folha, pela flor, pela casca, etc
- pelo cheiro, pela cor
- pelo aspecto da parte utilizada
- outras características

4. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A PLANTA CONSIDERADAS RELEVANTES

5. OUTROS USOS INDICADOS PARA A PLANTA (alimento, madeireira, ornamental, forrageira, outros)

6. FORMA DE OBTENÇÃO DA PLANTA

6.1. PLANTA COLETADA DIRETAMENTE NO CAMPO:

- onde encontrar a planta no campo (campo, matas ciliares, capões de mato, matas de encostas, banhados, entre outros)
- em que época do ano pode ser coletada para uso
- como coletar a planta para uso
- como conservar o material coletado (parte da planta ou planta inteira)
- a espécie apresenta algum risco de desaparecer na natureza
- como proteger a espécie no ambiente (médio e longo prazos)
- que outra(s) espécie(s) está(ão) associada(s) (plantas e animais)

6.2. PLANTA CULTIVADA

- onde a planta é cultivada (quintal, horta, roça, lavoura, plantio comercial)
- como é o cultivo (detalhar)
- tipo de solo
- época de cultivo
- época de colheita
- como conservar o material da colheita

6.3. PLANTA OBTIDA DE TERCEIROS (comércio, doação, projetos comunitários/sociais)

7. REAÇÕES ADVERSAS/EFEITOS COLATERAIS/SITUAÇÕES EM QUE A PLANTA NÃO DEVE SER UTILIZADA

ANEXO II

ROTEIRO METODOLÓGICO PARA SISTEMATIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS DE USO TERAPÊUTICO, TRADICIONAL E POPULAR, NO BIOMA MATA ATLÂNTICA

ROTEIRO PARA MONOGRAFIA POPULAR DE PLANTAS MEDICINAIS

NOME(S) POPULAR(ES)

DESCRIÇÃO DA PLANTA

Planta inteira

Partes da planta (caule, raiz, folha, flor, fruto, semente)

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE

DESCRIÇÃO DA(S) ESPÉCIE(S) ASSOCIADA(S)

Plantas

Animais

Outros (fungos, insetos etc)

MANEJO DA PLANTA

Que parte coletar?

Como coletar?

Quando coletar?

USO TRADICIONAL E POPULAR

Indicação de uso

Formas de uso

ANEXO III
ROTEIRO METODOLÓGICO PARA LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS
INFORMAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS SOBRE AS ESPÉCIES VEGETAIS DE
USO TERAPÊUTICO, TRADICIONAL E POPULAR, NO BIOMA MATA
ATLÂNTICA

ROTEIRO PARA FICHA TÉCNICO-CIENTÍFICA

INFORMAÇÕES BOTÂNICAS:

Nome científico

Família

Características botânicas

INFORMAÇÕES ECOLÓGICAS

Distribuição geográfica

Habitat

Fenologia

Dispersão

INFORMAÇÕES ETNOBIOLÓGICAS

Usos tradicionais e populares

Etnobotânica

Etnoecologia

Enotaxonomia

Etnofarmacologia

INFORMAÇÕES AGRONÔMICAS

Cultivo

Propagação

Beneficiamento

INFORMAÇÕES FARMACOLÓGICAS

Estudos fitoquímicos

Análises farmacológicas

INFORMAÇÕES CLÍNICAS

Análises pré-clínicas

Análises clínicas

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Usos econômicos

Cadeias produtivas

INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS USOS

ANEXO IV

ROTEIRO PUBLICAÇÃO DA FARMACOPEIA POPULAR DA MATA ATLÂNTICA

Itens mínimos previstos para publicação

SUMÁRIO

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1. Introdução

CAPÍTULO 2.

CAPÍTULO 3. Metodologia

CAPÍTULO 4. Caracterização do bioma Mata Atlântica e suas ecorregiões

CAPÍTULO 5. Caracterização dos povos e comunidades tradicionais e locais

CAPÍTULO 6. Uso da biodiversidade do bioma Mata Atlântica pelos povos e comunidades tradicionais e locais

CAPÍTULO 7. Portfólio das espécies priorizadas, com ilustrações

7.1. Monografias do conhecimento popular sobre cada espécie

Espécie a

Espécie b

...

7.2. Informações Técnico-científicas sobre cada espécie

Espécie a

Espécie b

...

CAPÍTULO 8. Síntese dos resultados

CAPÍTULO 9. Perspectivas e recomendações

CAPÍTULO 10. Índices Remissivos

AUTORES DE CAPÍTULOS E PORTFÓLIOS

NOMES POPULARES

NOMES CIENTÍFICOS

ANEXO V

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA N°

Contratação de consultoria (pessoa jurídica) para coordenar o levantamento e a sistematização de informações sobre as espécies fitoterápicas de uso tradicional e popular no bioma Mata Atlântica, na Região _____, Estados de _____, a partir de experiências relevantes de comunidades tradicionais e locais, povos indígenas e agricultores familiares, com o objetivo de elaborar a Farmacopeia Popular do Bioma Mata Atlântica.

Brasília – DF – 2013

CONTEXTO

A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, principal fórum mundial na definição do marco legal e político para temas e questões relacionados à biodiversidade, se configura como um dos mais importantes instrumentos internacionais para questões ambientais. A Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF, por meio da Diretoria de Conservação da Biodiversidade – DCBio, é o ponto focal da Convenção sobre Diversidade Biológica no país. A CDB tem como pilares a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso dos recursos genéticos.

O Brasil foi o primeiro país a assinar a CDB e tem uma responsabilidade especial em relação à Convenção, já que é portador da maior biodiversidade do mundo. Porém, a missão da conservação e do uso sustentável deste legado envolve grandes dificuldades em termos de articulação política, desenvolvimento científico e tecnológico, recursos financeiros e transversalidade do tema entre os diversos setores do governo.

Após estabelecer os mecanismos oficiais para implementar a Convenção, o grande desafio do Brasil consiste em tratar a biodiversidade nacional de forma unificada e transversal. O Governo Brasileiro reconhece a necessidade de ações urgentes, concretas e permanentes para que o quadro de degradação da biodiversidade possa ser revertido. É neste contexto que se pretende inserir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade nos setores produtivos, além de promover o fortalecimento da capacidade institucional para produzir e disseminar informações sobre a mesma.

Em 2002, os líderes mundiais estabeleceram a meta de reduzir, de forma significativa, a taxa de perda de biodiversidade até 2010. Após revisão das evidências disponíveis, incluindo relatórios nacionais apresentados pelas Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, foi apresentado no relatório publicado em 2010 pelo Secretariado da CDB (Panorama da Biodiversidade Global 3) que as metas estabelecidas não foram cumpridas. Nesse Relatório, é destacado que um dos fatores para o não cumprimento das metas estabelecidas está relacionado ao fato de que muitos dos tomadores de decisão estão fora do círculo político da CDB. Apesar da CDB contar com a participação quase universal dos governos de todo o mundo, os envolvidos na sua execução ainda tem pouca influência para promover as mudanças necessárias.

De acordo com o Panorama da Biodiversidade Global 3, apesar da importância das atividades dos departamentos e agências ambientais no combate às ameaças que pairam sobre as espécies e também na expansão das áreas protegidas, elas são facilmente enfraquecidas por decisões de outros setores e instâncias, que não conseguem aplicar o pensamento estratégico às políticas e ações que impactam os ecossistemas e outros componentes da biodiversidade. A transversalidade da biodiversidade precisa, portanto, ser vista como um entendimento genuíno, pelo Estado e pela sociedade como um todo.

Para tanto, é essencial que haja uma maior integração entre as políticas públicas dos diversos setores (energético, infraestrutura, agropecuário, pesqueiro, mineração, planejamento territorial, saúde, etc) com a temática de conservação e uso sustentável da biodiversidade, com a promoção da sua integração em atividades governamentais de diferentes setores econômicos. Visando a sustentabilidade ambiental, é necessário que os diversos setores governamentais insiram em suas políticas, junto às ações de segurança alimentar, reduções da pobreza e de adaptações às mudanças climáticas, a preocupação com a conservação e uso sustentável da biodiversidade, ampliando o entendimento de como os ecossistemas e os serviços ambientais associados contribuem com estas questões e com o bem-estar humano.

Nesse contexto, o MMA vem implementando, desde 2004, a Iniciativa “Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial, de Uso Local e

Regional - Plantas para o Futuro”. Por meio dessa iniciativa busca-se relacionar e priorizar espécies nativas da flora brasileira de uso atual ou potencial que possam, a curto e médio prazo, ser utilizadas por agricultores familiares, pequenos e médios, como novas opções de cultivo, e pelo setor empresarial como novas oportunidades de negócios e investimentos, com a formação de novas cadeias produtivas. Assim, a Iniciativa “Plantas para o Futuro”, em desenvolvimento nas cinco grandes regiões geopolíticas do país, visa oferecer à sociedade brasileira novas opções, de modo a suprir as demandas crescentes por outras espécies de interesse alimentício, medicinal, cosmético, aromático, entre outros.

O Brasil, com seu vasto patrimônio genético e sua rica diversidade cultural, tem em mãos a oportunidade para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento próprio e autônomo, onde, na área de saúde e uso de plantas medicinais e de fitoterápicos, prime pelo uso sustentável dos componentes da biodiversidade e respeite os princípios éticos e os compromissos internacionais assumidos, principalmente junto à CDB, promovendo a geração de riquezas com inclusão social. Este modelo deverá ter também como premissa o respeito aos princípios de segurança e eficácia na saúde pública, tendo como base a conciliação de desenvolvimento sócio-econômico e conservação ambiental, tanto no âmbito local como em escala nacional.

Essencialmente, deverá respeitar a diversidade cultural brasileira, reconhecendo e fortalecendo práticas e saberes da medicina tradicional, e contemplar interesses diversos, desde aqueles das comunidades locais até o das grandes indústrias nacionais, passando por uma infinidade de outros arranjos sociais e de cadeias produtivas do setor de plantas medicinais e fitoterápicos. O respeito às diversidades e particularidades regionais e ambientais também deve ser outro princípio norteador desta política.

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – PNPMF (Decreto nº 5.813/06), instrumento legal que traz em seu bojo essa questão, tem entre seus objetivos específicos a ampliação das opções terapêuticas aos usuários, com garantia de acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde. A PNPMF tem entre seus pilares o reconhecimento do uso tradicional das plantas medicinais e a construção de marco regulatório para produção, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos a partir dos modelos e experiências existentes no Brasil e em outros países.

Ressalte-se que uso dos conhecimentos tradicionais de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais no âmbito da PNPMF, deverá estar em sintonia com o Decreto nº 4.339/02, que trata dos princípios e diretrizes para a implementação de uma Política Nacional da Biodiversidade, e, mais especificamente, com a legislação de acesso ao Patrimônio Genético (Medida Provisória nº 2.186-16/2001), além de outros dispositivos legais. Isso especialmente no que tange à proteção dos conhecimentos, inovações e práticas de povos indígenas, de quilombolas e de outras comunidades locais, e ao pleno exercício dos direitos legalmente reconhecidos a estas comunidades, como o consentimento prévio fundamentado e a repartição dos benefícios decorrentes do uso de seus conhecimentos tradicionais associados. Também deve a implementação da PNPMF estar em forte sintonia e articulação com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS) – PNPIC (Portaria MS nº 971/06), que trata da promoção da fitoterapia no âmbito do SUS, como alternativa para a população no atendimento à atenção básica à saúde.

Um dos instrumentos atuais implementados no país para a promoção do reconhecimento, proteção e resgate do conhecimento tradicional associado ao uso terapêutico

das plantas são as farmacopeias populares por bioma, entendidas como um sistema de registro dos recursos terapêuticos e dos conhecimentos tradicionais associados à flora em cada bioma brasileiro, que busca contemplar a importância estratégica de descrever, além das indicações de uso e padrões populares de qualidade de remédios caseiros e outros produtos medicinais, as inter-relações desses com o ambiente e a cultura onde foram desenvolvidos saberes, práticas e produtos (Dias & Laureano, 2009).

A elaboração e publicação das farmacopeias populares por biomas, a exemplo da Farmacopeia Popular do Cerrado, além de possibilitar o registro e a proteção dos saberes e práticas tradicionais sobre a flora medicinal local e regional, permite estabelecer uma estratégia transdisciplinar de diálogo de saberes entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico. Esse registro aponta um caminho consistente para a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, diretamente relacionado às realidades locais e regionais, tanto em termos de biodiversidade como de sociobiodiversidade.

Este termo de referência visa à contratação de pessoa jurídica para coordenar a elaboração da Farmacopéia Popular do Bioma Mata Atlântica, com o estabelecimento de critérios de qualidade, eficácia e segurança, a partir do conhecimento e boas práticas populares e tradicionais de uso e manejo, que permitirá o reconhecimento, a valorização e a proteção desses saberes e usos, além de ampliar as perspectivas de inclusão desses saberes e práticas no âmbito das políticas de saúde no país.

JUSTIFICATIVA

Com a contratação da consultoria serão desenvolvidos os processos necessários à elaboração da Farmacopeia Popular do Bioma Mata Atlântica, a partir do uso popular e tradicional da sua biodiversidade pelas comunidades tradicionais e locais, povos indígenas e pelos agricultores familiares, a exemplo do trabalho desenvolvido para o Bioma Cerrado. A Farmacopéia Popular do Cerrado foi reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente como precursora à elaboração de farmacopéias populares nos outros biomas brasileiros que, além de oferecer uma metodologia passível de aplicação nos outros biomas, mostra o caminho do diálogo que deve ser considerado entre as comunidades e demais setores da sociedade. Esse trabalho busca a complementação e a consolidação do diálogo entre os diferentes sistemas de conhecimento: tradicional e científico, com benefícios para todos. Em uma perspectiva futura, as farmacopéias populares dos biomas deverão se tornar a referência base para a construção da Farmacopéia Brasileira, à luz da identificação e/ou proposição do estudo de plantas medicinais para a elaboração de novos fitoterápicos e a esperada inclusão dos mesmos no Sistema Único de Saúde - SUS, valorizando assim a biodiversidade brasileira.

OBJETIVO

O objetivo geral da consultoria se refere à realização das ações relativas ao levantamento e à sistematização de informações sobre as espécies fitoterápicas de uso tradicional e popular no bioma Mata Atlântica, na Região _____, Estados de _____, a partir de experiências relevantes de comunidades tradicionais e locais, povos indígenas e agricultores familiares, como subsídio para a elaboração da Farmacopeia Popular do Bioma Mata Atlântica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Realizar levantamento, avaliar, sistematizar, ordenar passo a passo e registrar as experiências relacionadas às boas práticas populares e tradicionais resultantes do extrativismo, cultivo e beneficiamento das espécies presentes no trabalho das comunidades, de modo a promover o uso e contribuir para a melhoria da qualidade da matéria-prima para fabricação de produtos medicinais e fitoterápicos.
- Realizar levantamento, avaliar, sistematizar, ordenar passo a passo e registrar as experiências relacionadas às boas práticas populares e tradicionais envolvidas na fabricação de produtos das comunidades e destinação dos resíduos produzidos, que permitam melhorar a uniformidade dos produtos e a manutenção da qualidade, higiene e eficácia.
- Realizar levantamento, avaliar, sistematizar, ordenar passo a passo e registrar as experiências relacionadas às boas práticas populares e tradicionais com indicações de uso e tratamento com fitoterápicos pelas comunidades envolvidas (fórmulas e receitas, diagnóstico popular de doenças e processos de cura).
- Sistematizar os resultados dos levantamentos (preliminares e final) e organizar oficinas regionais de trabalho de dois dias cada, com até 30 participantes, que deverão envolver as comunidades tradicionais e locais, povos indígenas e agricultores familiares, atuantes no Bioma Mata Atlântica.
- Organizar e realizar seminário regional, com até 120 participantes, com representantes das comunidades envolvidas, escolhidos até três de cada oficina regional, além de representantes de parceiros institucionais, públicos e privados.

- Organizar e revisar os resultados decorrentes desse trabalho e preparar o material para envio ao Ministério do Meio Ambiente, incluindo fotos representativas (em alta resolução) das atividades realizadas e das espécies objeto deste trabalho, com vistas à publicação.

Obs: as oficinas são essenciais para a validação das informações obtidas nos levantamentos. Por meio delas se constituirão os registros participativos dos estudos realizados em campo, organizando e colocando no papel as informações e conhecimentos mais importantes. Nessas oficinas, esclarecem-se, também, as dúvidas levantadas a campo, em termos de diferenças nas espécies, nomes populares, hábito, modos de preparo, indicações de uso, necessidade de sigilo ou não de parte das informações, entre outras. Devem ser previstos recursos para a alimentação e estadia dos participantes, além de dois lanches por dia, a serem servidos nos intervalos dos períodos de trabalho, priorizando a produção local e regional de alimentos da agricultura familiar local, a partir da agrobiodiversidade da Mata Atlântica. Deve ser garantido, também, recurso para o traslado dos participantes de suas moradias ao local do evento. Tratam-se, em sua maioria, de pessoas carentes, de poucos recursos financeiros, e que doarão seu tempo e conhecimento para um projeto de interesse comum. O seminário regional é importante para que representantes das diferentes comunidades envolvidas possam garantir sua participação no produto final do projeto.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O levantamento proposto nos objetivos específicos acima deverá ser efetuado a partir da realização das seguintes atividades:

- 1) Articulação com os diversos segmentos sociais, públicos e privados, envolvidos com o tema, com vistas à participação e apoio ao processo; 2) seleção das comunidades que participarão dos levantamentos, de forma a tornar o trabalho representativo dos fazeres e saberes existentes no bioma Mata Atlântica; 3) contato com as comunidades selecionadas para realização dos entendimentos necessários à sua participação no projeto, inclusive com a assinatura de termos de anuência prévia; 3) preparar metodologia e material didático para orientar os levantamentos a serem realizados; 4) articulação junto a prefeituras e outras instituições locais/regionais/estaduais para a obtenção de apoio à realização de oficinas; 5) realização de oficinas locais de trabalho com a participação das comunidades selecionadas; 6) sistematizar as informações levantadas; 7) levantamento e sistematização das informações técnico-científicas sobre as espécies definidas para comporem a farmacopeia; 8) reapresentação e consolidação das informações sistematizadas junto às comunidades e demais setores que participarão do processo, para validação; 9) organização e realização de seminário(s) regional(is); 10) sistematização das informações para publicação, incluindo fotos, ilustrações, etc.

ABRANGÊNCIA

O presente trabalho deverá abranger as comunidades localizadas nas diversas zonas homogêneas representativas das diferentes situações existentes nos estados da Região _____, definidas a partir de fatores como clima, vegetação e dinâmica socioeconômica. Ao serem abrangidos municípios/comunidades representativas das diferentes regiões, espera-se contemplar toda a diversidade de situações encontradas em cada estado, tanto em seus aspectos naturais quanto nos de ocupação humana, o que é desejável no contexto deste trabalho, visto que a Farmacopéia deve refletir a maior diversidade possível de situações de sociobiodiversidade. Além deste critério (sociobiodiversidade), para escolha das comunidades, devem ser observados também a biodiversidade, a organização comunitária, as lideranças, entre outros. Em relação à biodiversidade, espera-se que a comunidade tenha acesso e conhecimento sobre áreas remanescentes de cobertura vegetal da Mata Atlântica, o que dará

garantia de manutenção da continuidade e do uso das espécies pela comunidade, podendo incluir as reservas legais dos assentamentos. Já no que se refere à organização comunitária, entende-se que comunidades organizadas geralmente conseguem preservar melhor seus conhecimentos tradicionais. As lideranças, por sua vez, podem facilitar o envolvimento das comunidades no processo, bem como proporcionar as pessoas necessárias que assumam responsabilidades para cumprir as metas propostas no projeto.

A consultoria deverá manter contato frequente com a equipe da Gerência de Recursos Genéticos - GRG/DCBio, para realizar os trabalhos de forma articulada às políticas associadas a este tema, assim como facilitar o acesso aos órgãos governamentais executores destas políticas.

PRODUTOS

No decorrer do contrato, deverão ser apresentados os seguintes produtos:

• **Produto 1. Documento explicitando as comunidades envolvidas, suas características socioeconômicas, o ambiente onde vivem, as espécies utilizadas, a metodologia a ser empregada para garantir a participação das comunidades e os termos de anuência das mesmas a respeito de sua participação, caso necessário;**

• Este produto consiste na sistematização das informações sobre o público a ser trabalhado pelo presente projeto, suas características (se estão organizados sob uma pessoa jurídica, quantos estão envolvidos nas atividades extrativistas, etc.), ambiente onde vivem (características gerais), os entendimentos realizados para sua participação no trabalho, incluindo a metodologia a ser utilizada, sempre contemplando os itens discriminados no tópico 4 (atividades a serem desenvolvidas) deste Termo de Referência;

Produto 2. Documento com os resultados dos levantamentos, registro, avaliação e discussão participativa do passo a passo das práticas populares e tradicionais de extrativismo, cultivo, beneficiamento e fabricação de fitoterápicos, a partir de espécies medicinais nativas utilizadas pelas comunidades envolvidas na Mata Atlântica dos Estados de _____;

Produto 3. Documento com os resultados dos levantamentos, registro, avaliação e discussão participativa das práticas populares e tradicionais relacionadas às indicações de uso e tratamento a partir de espécies medicinais nativas utilizadas pelas comunidades envolvidas na Mata Atlântica dos Estados de _____;

• Os produtos 2 e 3 consistem em documento com informações sobre os trabalhos realizados em cada comunidade envolvida, que serão abordadas de acordo com a logística de trabalho definida no Produto 1 e sempre contemplando os itens discriminados no tópico 4 (atividades a serem desenvolvidas) deste Termo de Referência, e que tratam do levantamento, registro, avaliação e discussão participativa do passo a passo das experiências de boas práticas populares e tradicionais de:

• extrativismo (qual a maneira e quantidade de material a ser coletado, qual a parte utilizada, melhor época, periodicidade, dentre outros), cultivo (técnicas agroecológicas de produção e cuidados para evitar contaminação pelo ar, água e outras), beneficiamento de espécies (homogeneização e secagem) e como armazenam;

• fabricação de produtos das comunidades envolvidas, incluindo os modos de fazer, a limpeza e esterilização de materiais, o uso de equipamento de proteção individual - EPI, as formas de utilização dos utensílios e

equipamentos, os pesos e as medidas, o uso e reciclagem de embalagens, a elaboração de rótulos, as instalações utilizadas e a reciclagem, destinação e aproveitamento de resíduos produzidos;

- conhecimento terapêutico tradicional sobre cada espécie, práticas de recomendações de uso e tratamento com plantas medicinais e fitoterápicos pelas comunidades envolvidas, incluindo as fórmulas e receitas, as formas de diagnóstico popular de doenças e os processos de cura.

Produto 4. Documento com os resultados do levantamento das informações técnico-científicas sobre as espécies de uso tradicional e popular definidas para compor a farmacopeia;

Este produto consiste no levantamento e sistematização das informações já existentes na pesquisa científica e acadêmica local e regional, sobre os aspectos etnoecológico, etnobotânico, etnofarmacológico, agrônômico, ecológico, fitoquímico, farmacológico e clínico, como forma de estabelecer e aprofundar o diálogo entre os saberes tradicional e científico

Produto 5. Resultados do seminário regional de consolidação das informações levantadas, a ser analisada de forma compartilhada com o conjunto de representantes das comunidades envolvidas nos trabalhos realizados;

Este produto se refere à consolidação das informações levantadas, incluindo a realização do seminário regional, sua programação, as pessoas participantes, a metodologia de trabalho utilizada e os resultados alcançados.

Produto 6. Organização e sistematização do material para publicação.

Este produto consiste na organização das informações produzidas, preparando-as para o formato de publicação, incluindo imagens, tabelas, planilhas e demais tópicos envolvidos, sempre contemplando os itens discriminados no tópico 4 (atividades a serem desenvolvidas) deste Termo de Referência.

FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos deverão ser apresentados de forma objetiva, em linguagem clara para perfeita compreensão, inclusive pelo público participante, fazendo referência às atividades realizadas de acordo com este Termo de Referência e cronograma de trabalho estabelecido no contrato, de maneira que a execução das atividades possa ser avaliada. Todas as etapas para execução dos produtos deverão ser previamente discutidas e aprovadas pela Gerência de Recursos Genéticos - GRG, do Departamento de Conservação da Biodiversidade, tanto do ponto de vista metodológico quanto operacional.

A consultoria deverá apresentar os produtos à GRG/DCBio em duas vias impressas e em meio digital, em formato “Word”, letra “Times New Roman” em tamanho 12.

PRAZO

O prazo para execução total dos trabalhos será de até 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, conforme cronograma abaixo:

Produto 1: 45 dias após a assinatura do contrato.

Produto 2: 60 dias após a entrega do Produto 1.

Produto 3: 60 dias após a entrega do Produto 2

Produto 4: 60 dias após a entrega do produto 3

Produto 5: 60 dias após a entrega do produto 4

Produto 6: 60 dias após a realização do seminário geral

QUALIFICAÇÃO E CAPACIDADE TÉCNICA DA INSTITUIÇÃO ENVOLVIDA

Para realização desta consultoria, será necessário que a instituição contratada preencha os seguintes requisitos:

a) Equipe técnica de nível superior com:

- Profissionais com formação nas áreas de ciências biológicas/florestais, da saúde, sociais/antropológicas, comunicação e informática, formada no mínimo por dois profissionais em cada uma dessas áreas, com apresentação de currículos específicos e, posteriormente, na contratação, de documentação comprobatória;
- Experiência na área de meio ambiente, em especial com assuntos correlatos à conservação da biodiversidade e sociobiodiversidade, em trabalhos relacionados ao cultivo e extrativismo de espécies da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Experiência em políticas públicas de saúde, com enfoque em práticas integrativas e complementares.
- Experiência em projetos de desenvolvimento e uso de produtos da sociobiodiversidade, com destaque para o uso terapêutico de plantas medicinais e de fitoterápicos e a segurança alimentar, incluindo os aspectos higiênico-sanitários e de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios previstos em lei.
- Experiência na execução de projetos junto a povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar.
- Capacidade de articulação com as comunidades tradicionais e agricultores familiares, prefeituras e governos estaduais.
- Capacidade de iniciativa, coordenação e moderação de eventos.
- Habilidade em escrever documentos, relatórios e editar informações de forma objetiva e clara, em linguagem acessível aos diversos públicos a que se destina.
- b) Capacidade de articulação com instituições públicas e privadas para obter acesso a locais adequados para realização das oficinas previstas neste trabalho, com a participação média de 20 a 30 participantes.
- c) Disponibilidade de equipamentos necessários à realização das oficinas programadas (no mínimo: datashow ou projetor e notebook).

SUPERVISÃO

A supervisão será realizada pela GRG/DCBio/SBF/MMA, podendo haver acompanhamento técnico do trabalho por representantes de outros departamentos do

Ministério do Meio Ambiente relacionados ao setor avaliado.

ELEMENTOS DISPONÍVEIS

A GRG/DCBio/MMA e outros departamentos do MMA relacionados ao setor avaliado facilitarão o acesso a documentos necessários à execução dos serviços que estiverem no âmbito do Ministério. Na medida do possível, será facilitado também o acesso do consultor a instituições parceiras que também possam dispor de informações necessárias à execução do trabalho.

As despesas referentes a diárias e passagens necessárias ao cumprimento do trabalho serão incluídas nos custos deste trabalho.

APRESENTAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS

AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas apresentadas ao certame serão avaliadas por técnica e melhor preço, conforme procedimentos definidos.

ANEXO 1

Custos e forma de pagamento

A estimativa de custo para esta contratação é de R\$ _____ (_____ mil reais) sendo que o pagamento deverá ser feito da seguinte forma:

Entrega do Produto 1 – Caracterização das comunidades, do ambiente em que vivem, das espécies envolvidas e de sua anuência para participação do trabalho.	10% do valor da consultoria
Entrega do Produto 2 – Realização das oficinas e de levantamento e sistematização de boas práticas populares e tradicionais de extrativismo, cultivo, beneficiamento e fabricação de fitoterápicos, a partir de espécies medicinais nativas utilizadas pelas comunidades envolvidas na Mata Atlântica	20% do valor da consultoria
Entrega do Produto 3 – Realização das oficinas e de levantamento e sistematização de boas práticas populares e tradicionais relacionadas às indicações de uso e tratamento a partir de espécies medicinais nativas utilizadas pelas comunidades envolvidas na Mata Atlântica	20% do valor da consultoria
Entrega do Produto 4 – Documento do seminário regional	15% do valor da consultoria
Entrega do Produto 5 – Documento com as informações técnico-científicas	20% do valor da consultoria
Entrega do Produto 5 – Sistematização e organização para publicação (Anexo II)	20% do valor da consultoria